**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
CURSO: BACHARELADO EM DIREITO**

**JUSTIÇA RESTAURATIVA VOLTADA PARA AS QUESTÕES CRIMINAIS:
DA VINGANÇA À JUSTIÇA**

Autora: Alessandra Cardoso Helwig

Orientador: Prof. Me. Caio Fernando Gianini Leite

JUÍNA/2016

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
CURSO: BACHARELADO EM DIREITO**

**JUSTIÇA RESTAURATIVA VOLTADA PARA AS QUESTÕES CRIMINAIS:
DA VINGANÇA À JUSTIÇA**

Autora: Alessandra Cardoso Helwig

Orientador: Prof. Me. Caio Fernando Gianini Leite

Trabalho apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito, da AJES - Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena.

JUÍNA/2016

**AJES – FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. José Natanael Ferreira

Prof. Me. Pedro Jorge de Oliveira Rodrigues

Orientador
Prof.Me. Caio Fernando Gianini Leite

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, pela vida, bênçãos e proteção, por me amparar em todos os momentos, pelas vezes que me deu calma para enfrentar e superar os desafios.

Aos meus pais, Ildo e Marina, pelo amor incondicional, por serem responsáveis pela formação do meu caráter, por serem meu alicerce e inspiração de vida, sempre me apoiando, incentivando e nunca poupando esforços para que eu chegasse até aqui.

Ao meu esposo Jeferson, que me acompanha e incentiva em todos os momentos, nunca deixando que as dificuldades acabassem com nossos sonhos. Sou imensamente grata pelo carinho, companheirismo, paciência e amor.

Ao meu irmão Alexsandro, que me acolheu em sua casa nos primeiros anos do curso e à minha irmã Adevaíne que me fez companhia nestes últimos períodos da faculdade. Agradeço por sempre estenderem os braços nas horas de dificuldade, além de irmãos, são meus amigos e companheiros, tem a minha imensa gratidão.

Aos meus sobrinhos Kayque e Isabela, que embora não tenham conhecimento disto, são muito especiais na minha vida.

Aos meus familiares e amigos de perto e de longe pelo apoio e por torcerem por mim.

A todos os professores que contribuíram para minha formação acadêmica. Em especial, ao meu orientador Prof. Me. Caio Fernando Gianini Leite, agradeço pelo seu conhecimento, apoio e dedicação na concretização deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas de faculdade, pelos cinco anos de aprendizado e convivência. Em especial às minhas amigas Erica, Jucinéia e Larissa, pela amizade, paciência, ternura e cumplicidade do dia a dia.

A todos que de uma forma ou outra me ajudaram nessa jornada e na conclusão deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso aos meus pais Ildo Wruch Helwig e Marina Cardoso Helwig e ao meu esposo, Jeferson Calazans de Souza, pelas palavras de carinho e confiança depositada, pelo incentivo e apoio ao meu crescimento profissional, pela compreensão nas horas que estive ausente e por me ajudarem a conseguir o que já consegui até hoje na vida. A eles declaro meu amor, e todo meu esforço a eles dedico!

*“Devemos promover a coragem onde há medo,
promover o acordo onde existe conflito, e
inspirar esperança onde há desespero”.*

Nelson Mandela

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso trata sobre um novo modelo de justiça denominado “Justiça Restaurativa”, que aos poucos está sendo implantado e adotado por vários países. A Justiça Restaurativa está sendo praticada no Brasil há 11 anos, através de alguns projetos pilotos. Utilizou-se de pesquisas bibliográficas e documentais. Este trabalho tem por objetivo geral analisar a aplicação do modelo restaurador no âmbito criminal, atuando como complemento ao modelo de justiça retributivo, e por objetivo específico buscou-se abordar a realidade do sistema penal brasileiro, que ocorre de forma falha e causa reincidência, buscando o novo paradigma, com inserção da vítima, o ofensor e a comunidade no centro do processo. A partir disso, a Justiça Restaurativa propõe a reparação de danos causados e restauração das relações, através de diálogos entre as partes, na qual buscam entre si a resolução do conflito. Discutiu-se também, neste estudo, a necessidade de regulamentação no sistema penal brasileiro no que se refere a utilização da Justiça Restaurativa, pois os projetos pilotos implantados atualmente funcionam somente a partir da Resolução nº 2002/2012 da ONU, não tendo legislação específica que regulamente.

Palavras-Chave: Justiça Criminal; Reincidência; Justiça Restaurativa; Resolução de Conflitos.

ABSTRACT

The present work of conclusion of course is about a new model of justice denominated "Restorative Justice", that little by little is being implanted and adopted by several countries. The Restorative Justice has been practiced in Brazil for 11 years, through some pilot projects. We used bibliographical and documentary research. The purpose of this study is to analyze the application of the restorative model in the criminal sphere, acting as a complement to the model of retributive justice, and the specific objective was to address the reality of the Brazilian penal system, which occurs in a faulty way and causes recidivism, seeking The new paradigm, with the insertion of the victim, the offender and the community at the center of the process. From this, the Restorative Justice proposes the reparation of damages caused and restoration of the relations, through dialogues between the parties, in which they seek among themselves the resolution of the conflict. In this study, we also discussed the need for regulation in the Brazilian penal system regarding the use of Restorative Justice, since the pilot projects currently in place only function as of Resolution 2002/2012 of the UN, and there is no specific legislation that Regulated.

Keywords: Criminal Justice; Recidivism; Restorative Justice; Conflict resolution.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 JUSTIÇA RESTAURATIVA	12
2.1. Breve Contexto Histórico.....	12
2.2. Justiça Restaurativa: Aspectos e Concepções.....	14
2.3. Integrantes e Procedimento Restaurativo	15
2.4. Objetivos e Vantagens na Aplicação do Modelo Restaurativo	17
2.5. Diferenças entre a Justiça Punitiva- Retributiva e a Justiça Restaurativa	19
3 MODELO PUNITIVO-RETRIBUTIVO BRASILEIRO	26
3.1 Origem das Penas e o Atual Modelo de Justiça Brasileiro	26
3.2 O Reconhecimento da Ineficiência do Sistema	29
3.3 Teorias Penais Utilizadas pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro	31
3.4 Direito Penal Mínimo e Direito Penal Máximo	36
4 JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL	40
4.1. Formas de Aplicação da Justiça Restaurativa no Brasil.....	40
4.2. Comentários Acerca da Resolução n. 2002/12	43
4.3. Experiências Restaurativas no Brasil	46
4.4. O Brasil esta Preparado?	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	54
ANEXOS	65

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou analisar a Justiça Restaurativa, que é um novo modelo de justiça, no qual há maior participação da vítima e do ofensor na resolução dos conflitos e na reparação dos danos causados. Esse modelo de Justiça está sendo implantado em diversos países, inclusive, no Brasil já tem 11 anos desde sua utilização, por meio de projetos pilotos.

Este estudo surgiu com o fim de analisar a possibilidade da aplicação da Justiça Restaurativa na Justiça Criminal do nosso país, para complementação do atual modelo de justiça punitivo, tendo em vista a grande taxa de reincidência de crimes pelos ofensores. O modelo restaurador visa a reparação de danos e busca atender as necessidades de todos os envolvidos no conflito, de modo que todas as partes possam ter a efetiva reintegração na sociedade.

A Justiça Restaurativa difere do atual modelo de justiça brasileiro, pois a vítima também faz parte do processo, desse modo o ofensor tem o direito de ser ouvido, não apenas analisando a questão da punição, mas também seu íntimo, compreendendo o que levou a prática de tal ato e o que pode fazer para melhorar suas atitudes. Insta salientar que se pode utilizar da Justiça Restaurativa as partes que, de comum acordo concordar com o procedimento, onde podem elas mesmas resolver suas contendas.

A fim de atingir os resultados pretendidos com esse estudo monográfico, o primeiro capítulo tratou sobre a Justiça Restaurativa, iniciando com um breve contexto histórico, no qual analisamos que o sistema restaurador teve sua primeira ocorrência em 1970 nos Estados Unidos, sendo que, a partir de 1999 se espalhou pelo mundo através de vários projetos piloto, nos quais abordavam sobre o modelo restaurador na Nova Zelândia, Grã-Bretanha, Austrália, Estados Unidos e África do Sul, até chegar ao Brasil em 2002, depois das resoluções do Conselho Econômico e Social da ONU, o qual delimitou e definiu os conceitos e métodos de utilização da Justiça Restaurativa no mundo.

Ainda no primeiro capítulo, tratou-se sobre os aspectos e concepções da Justiça Restaurativa, enfatizando na importância sua utilização, a fim de restaurar as relações e entender o contexto do comportamento do ofensor na prática do crime

e, dessa maneira buscar soluções em conjunto com os integrantes do círculo restaurativo (ofensor, vítima e comunidade). Quanto ao procedimento restaurativo, este pode ocorrer através de procedimento de mediação com a participação da vítima e do ofensor; círculos restaurativos com a presença das partes e do grupo comunitário; e através de grupos de sentença que é mais abrangente, envolvendo as partes, famílias, pessoas ligadas às partes, qualquer pessoa da comunidade, como as pessoas do judiciário (promotor, juiz, polícia). Tratou-se dos objetivos e vantagens na aplicação do modelo restaurador, que é a reeducação e restauração das relações, a fim de que haja a diminuição de crimes. Abordou-se também as diferenças entre a Justiça Restaurativa e a Justiça Retributiva, que se considera uma das mais importantes, o fato da primeira buscar a harmonia das relações e a segunda apenas a punição.

No segundo capítulo aborda-se o atual modelo de justiça brasileiro (punitivo-retributivo), fazendo um breve histórico da origem das penas e o atual modelo de justiça brasileiro, não podendo definir com exatidão quando o direito de punir surgiu, mas é certo que está presente na sociedade desde o surgimento dos primeiros grupos sociais, de modo que as primeiras aplicações da pena eram baseadas em vingança, sem nenhuma atenção à justiça ou aos Direitos Humanos. Somente no século XIX que surgiu a ideia de que o corpo não deve ser torturado, mas sim, a alma, deste modo, a justiça passou a ser aplicada sem violência. Entretanto, atualmente há grande ineficiência do sistema, pois se verifica altas taxas de reincidência, conforme relatório de pesquisa sobre a reincidência criminal no Brasil elaborado em 2015, pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada com cooperação do CNJ, a população carcerária do Brasil aumentou 83 vezes em setenta anos, demonstrando que a prisão não é ressocializadora, pois há grande reincidência criminal.

Posteriormente, no segundo capítulo discorreu sobre as três teorias penais utilizadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, a primeira delas: a teoria absoluta, diz que a pena tem como finalidade somente a retribuição ou repreensão pelo ato praticado e nada tem de função preventiva ou social. A segunda teoria denominada relativa diz que a pena tem uma visão utilitária, pois tem como principal finalidade a prevenção da prática de novos crimes, se o indivíduo não for punido, a consequência será a prática de outros delitos. A combinação entre a teoria absoluta

e a teoria relativa fez surgir uma terceira: a teoria eclética, a qual defende que além do ideal de retribuição, tem também a ideia de prevenção à prática de novos crimes. Posteriormente, discorreu-se sobre o Direito Penal Mínimo e Direito Penal Máximo, no qual, o primeiro aborda que todos os indivíduos que praticaram algum ilícito devem ser penalizados, já o segundo discute-se que somente as condutas de maior relevância social devem ser tuteladas pelo Direito Penal.

O terceiro capítulo trata especificamente sobre a Justiça Restaurativa no Brasil, primeiramente discutiu-se suas formas de aplicação, enfatizando que o CNJ- Conselho Nacional de Justiça estimula os magistrados a se desapegar um pouco da justiça punitiva e utilizar o modelo restaurador, pois essa é uma eficaz solução para equilíbrio da paz social, bem como estabeleceu que os Tribunais de Justiça Estaduais devem ter uma unidade que ofereça práticas restaurativas, a fim de que possa haver a complementação da justiça criminal. Outro ponto importante que possibilita a implantação do modelo restaurador ao ordenamento brasileiro é a Lei n. 9.099/95, pois, com ela adveio a possibilidade de utilização da transação penal e conciliação, abrindo a possibilidade de mediação nos crimes de menor potencial ofensivo. Em seguida, analisou-se a Resolução n. 2002 de 2012, que foi um grande marco da Justiça Restaurativa no Brasil e dispõe sobre os princípios que orientam o modelo restaurador, expondo limitações e finalidades desse procedimento.

Ainda, no terceiro capítulo abordou-se algumas experiências no Brasil, com breve análise dos projetos pilotos de Porto Alegre denominado “Justiça para o Século 21” implantado em 2005 esistemizado pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul – AJURIS; de São Paulo denominado “Justiça e Educação: parceria para cidadania” implantado em 2006, resultado de uma parceria do Judiciário com a Secretaria Estadual da Educação; e de Joinville denominado “Projeto Mediação” implantado em 2003 pelo Juiz Alexandre Morais da Rosa. Diante os contextos culturais que cercam a Justiça Restaurativa no Brasil, inicialmente esse novo modelo poderia ser implantado nos crimes de menor potencial ofensivo e somente depois de haver uma evolução na maneira de pensar das pessoas utilizaria desse sistema nos crimes graves.

As pesquisas realizadas trouxeram observações de diversos autores, as quais contribuiriam para o problema pesquisado.

2 JUSTIÇA RESTAURATIVA

2.1. Breve Contexto Histórico

A Justiça Restaurativa iniciou-se a partir do encontro entre vítima e o infrator, assim como a comunidade envolvida no delito.

Conforme o organizador do Projeto Justiça para o Século 21, Leonardo Brancher, a Justiça Restaurativa teve sua primeira ocorrência em 1970 nos Estados Unidos, criou-se o denominado IMCR – Instituto para Mediação e Resolução de Conflitos, neste instituto usou 53 (cinquenta e três) mediadores comunitários, e teve muita repercussão, pois em 10 meses, receberam 1657 (mil seiscentos e cinquenta e sete) indicações¹.

Em 1976, foi criado no Canadá, o Centro de JR Comunitária de Victória. Também em 1976, na Europa houve mediações de conflitos com assuntos referentes à propriedade².

Em 1980, na cidade de Nova Gales do Sul, na Austrália, foram criados três Centros de Justiça Comunitária experimentais. Dois anos mais tarde, no Reino Unido, foi criado o primeiro serviço de mediação comunitária³.

Em 1988 na Nova Zelândia, houve a mediação entre a vítima e o ofensor por oficiais da condicional. No ano seguinte, com alicerce na Justiça Restaurativa, incluiu-se a Justiça Penal na esfera Juvenil através da “Lei Sobre Crianças, Jovens e suas famílias”⁴.

Em 1994, foi realizada uma pesquisa, onde foram localizados 123 (cento e vinte e três) programas de mediação entre vítima e ofensor nos Estados Unidos⁵.

Em 1999, a Justiça Restaurativa se espalhou pelo mundo, verificando-se várias conferências de grupo familiar de bem-estar, assim como vários projetos

¹ BRANCHER, Leoberto. **Diferentes Países e Culturas, a Mesma Inquietude Social**. Justiça para o Século 21: Instituinto Práticas Restaurativas. Disponível em: <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=82&pg=0>> Acesso em: 28 nov.2016.

² Idem. Acesso em: 28 nov.2016.

³ Idem. Acesso em: 28 nov.2016.

⁴ Idem. Acesso em: 28 nov.2016.

⁵ Idem. Acesso em: 28 nov.2016.

piloto, nos quais abordavam sobre o modelo restaurador na Nova Zelândia, Grã-Bretanha, Austrália, Estados Unidos e África do Sul⁶.

Em 2001, na Europa, houve uma decisão do Conselho da União Européia estabelecendo a inclusão e participação das vítimas nos procedimentos penais, de modo que, para regularização, essa decisão deveria estar expressa na lei de cada estado. Em 2002 as resoluções do Conselho Econômico e Social da ONU – Organização das Nações Unidas delimitou e definiu os conceitos e métodos de utilização da Justiça Restaurativa no mundo⁷.

Em 2005, no Brasil, o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Ministério da Justiça deram amparo a três projetos piloto de Justiça Restaurativa nas cidades de Porto Alegre, Brasília e São Caetano do Sul. Neste período que se deu o início de um dos mais importantes projetos de Justiça Restaurativa no Brasil “Justiça para o Século 21”⁸.

Em 2007, em Porto Alegre, registrou-se 2.583 (dois mil quinhentos e oitenta e três) participantes do Projeto Justiça para o Século 21 em 380 (trezentos e oitenta) procedimentos de Justiça Restaurativa realizados no Juizado da Infância e da Juventude. O projeto também conta com atividades de formação, sendo que foram registrados 5.906 (cinco mil novecentos e seis) participantes⁹.

A Justiça Restaurativa passou a ser conhecida mundialmente a partir do livro publicado em 1990, *Changinglenses: a new focus for crime and justice*¹⁰, de Howard Zehr, no qual aborda que o crime é causador de prejuízos às pessoas atingidas direta e indiretamente¹¹, assim o principal foco deveria ser a restauração das relações e não a punição do ofensor pelo Estado, ou seja, na Justiça restaurativa não há concentração da culpa como no modelo atual punitivo - retributivo.

⁶ BRANCHER, Leoberto. **Diferentes Países e Culturas, a Mesma Inquietude Social.** Justiça para o Século 21: Instituinto Práticas Restaurativas. Disponível em: <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=82&pg=0>> Acesso em: 28 nov.2016.

⁷ Idem. Acesso em: 28 nov.2016.

⁸ Idem. Acesso em: 28 nov.2016.

⁹ Idem. Acesso em: 28 nov.2016.

¹⁰ **Tradução:** Mudança de visão: um novo foco para o crime e a justiça.

¹¹ TONCHE, Juliana. **Justiça Restaurativa e Racionalidade Penal Moderna:** uma real inovação em matéria penal?. Revista de Estudos Empíricos em Direito. Brazilian Journal of Empirical Legal Studies vol. 3, n. 1, jan 2016. p. 132

2.2. Justiça Restaurativa: Aspectos e Concepções

As práticas restaurativas são desenvolvidas desde os primórdios, sendo que as sociedades pré-estatais buscavam reparar os danos e resolver os conflitos para apaziguar as relações humanas. Entretanto, com a Idade Moderna, o Estado passou a administrar o Direito Penal, sendo que o crime era entendido como detrimento da lei, buscando punir o infrator, nessa dinâmica a vítima ficava ausente do processo¹². Porém, como já demonstrado, não há que se afirmar que a pena é a solução para a prática reiterada de delitos, pois muitas vezes não exerce o papel de evitar a prática de novos crimes.

A finalidade da Justiça Restaurativa é aplicar a justiça buscando a reparação dos danos provocados à vítima¹³. Nesse contexto de reparação se busca soluções dos conflitos a fim de amenizar o mal praticado pelo infrator.

Esse processo acontece por meio de uma reunião entre as partes, no qual as opiniões e principalmente os sentimentos são compartilhados a fim de que possam chegar a uma conclusão sobre os envolvidos e responsabilizar o autor do ato ilegal¹⁴.

Renato Sócrates Pinto esclarece que:

A Justiça Restaurativa baseia-se num procedimento de consenso, em que a vítima e o infrator, e quando apropriado, outras pessoas ou membros da comunidade afetados pelo crime, como sujeitos centrais, participam coletiva e ativamente na construção de soluções para a cura das feridas, dos traumas e perdas causados pelo crime¹⁵.

¹² BRITTO, Adriana de. **Justiça restaurativa e execução penal**: reintegração social e sindicâncias disciplinares. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-11092014-081200/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

¹³ OLIVEIRA, F. N. de. **Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça da Infância e da Juventude**: um Diálogo Baseado em Valores. Dissertação (Mestrado) — PUC - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p. 29.

¹⁴ MARSHALL, C.; BOYACK, J.; BOWEN, H. **Como a Justiça Restaurativa Assegura a Boa Prática**: Uma Abordagem Baseada em Valores. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/arquivos/bib_194.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016. p. 04.

¹⁵ PINTO, Renato Sócrates Gomes. **Justiça Restaurativa é Possível no Brasil?**In: SLAKMON; VITTO, C.R. de; PINTO, R.G. (Orgs). **Justiça Restaurativa**. Brasília/DF: Ministério da Justiça - MJ e Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, 2005. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246_Coletania%20JR.pdf> Acesso em: 10 out. 2016. p. 20.

Portanto, esse modelo de justiça tem como finalidade fazer com que o agente responsável e os envolvidos no delito entendam as circunstâncias, e a partir daí, busquem a reintegração, tanto das partes envolvidas, quanto da coletividade.

Observamos a importância do diálogo, quando Zehr estabelece que:

O crime significa um agravo à vítima, mas poderia ser um agravo ao ofensor. Muitos crimes nascem de violações. Muitos ofensores foram vítimas de abusos na infância e carecem das habilidades e formações que possibilitam um emprego e uma vida significativa. Muitos buscam validação e empoderamento. Para eles o crime é uma forma de gritar por socorro e afirmar a sua condição de pessoa. Em parte, prejudicam os outros porque foram prejudicados. E não raro são prejudicados ainda mais pelo sistema judicial¹⁶.

Em vista disso é que se faz importante a utilização da Justiça Restaurativa, a fim de restaurar as relações e entender o contexto do comportamento do ofensor na prática do crime e, dessa maneira buscar soluções em conjunto.

A Justiça Restaurativa é considerada inovadora por atender as necessidades das partes principais envolvidas ao fato delituoso. Dando ênfase à violação dos relacionamentos sociais, que acarretam em obrigações diversas, como a reparação dos danos causados, pois o crime não afeta somente a vítima, mas toda a sociedade.

2.3. Integrantes e Procedimento Restaurativo

Círculos Restaurativos são os encontros de restauração, chamam-se de círculo pelo fato das partes envolvidas se sentarem em círculo, no qual são apresentados os problemas pelas partes e com a ajuda das outras pessoas que se fazem presentes, buscam uma solução para o conflito¹⁷.

¹⁶ ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes: Um Novo Foco Sobre o Crime e a Justiça**, 1º ed. São Paulo: Palas Athena, 2008, p. 171.

¹⁷ AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros. **Justiça Restaurativa do Brasil: a paz pede a palavra**, 2015. Disponível em <<http://www.amb.com.br/jr/docs/cartilha.pdf>> Acesso em: 10 out. 2016. p. 16.

Esse círculo é formado pelas vítimas diretas, familiares da vítima e ofensor, e a comunidade¹⁸. A vítima, como principal atingida, é a que tem o papel mais complexo, pois, como afirma Zehr:

Para se recuperarem as vítimas precisam passar da fase de "retração" à fase de "reorganização". No caso de crimes graves, precisam deixar de ser vítimas e começar a ser sobreviventes. As vítimas precisam progredir até o ponto onde a agressão e o agressor não mais os dominem. Contudo, este é um processo difícil e que leva muito tempo. Para muitos ele jamais termina¹⁹.

Dessa forma, as vítimas necessitam de apoio para se reorganizar e conseguir voltar seu relacionamento na sociedade como era antes. Quanto ao ofensor, é importante entender o que levou a prática do crime, para que chegue a uma solução, com a ajuda da comunidade, se for o caso, e todos devem sair satisfeitos do círculo restaurativo.

Quanto ao procedimento restaurativo, o juiz ao receber o processo, avalia o caso e convidam as partes a participar do círculo de restauração, a fim de buscar reconstruir as relações. Havendo o consentimento mútuo, as partes serão acompanhadas por um profissional, que irá conduzi-los ao diálogo. Neste momento a vítima e o ofensor podem discutir sobre a motivação, sentimentos e sequelas que o crime acarretou. Assim, as partes podem restaurar as relações e conseqüentemente evitar a reincidência²⁰.

Na verdade, esses encontros estão ligados à consequência emocional e material existente no delito, de modo que a vítima é a parte principal, pois ela é a que foi a maior prejudicada. Entretanto, como já dito, não são consideradas somente as vítimas diretas, mas sim, todos os atingidos, como os familiares da vítima, ofensor e comunidade. Englobam todas essas pessoas, vez que elas ainda que de forma indireta, acabam tendo efeitos com o crime. Destarte, pode haver um encontro restaurativo mesmo na ausência da vítima direta, pois pode ser realizados com a

¹⁸Idem. Acesso em: 10 out. 2016.p.11

¹⁹ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes**: Um Novo Foco Sobre o Crime e a Justiça, 1º ed. São Paulo: Palas Athena, 2008, p. 25.

²⁰AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros. **Justiça Restaurativa do Brasil**: a paz pede a palavra, 2015. Disponível em <<http://www.amb.com.br/jr/docs/cartilha.pdf>> Acesso em: 10 out. 2016. p. 17

família, comunidade e amigos do ofensor, sendo considerado restaurativo se os assuntos forem centrados nos danos causados pelo fato delituoso²¹.

Importante analisar as formas de aplicação desse modelo, as quais devem ser escolhidas conforme cada caso. São formas de aplicação restaurativa a mediação, os círculos e reuniões restaurativas e os grupos de sentença ou tratados de paz.²²

A forma de aplicação mais utilizada é a mediação, ou também chamado encontro ou diálogo entre a vítima e o ofensor, momento em que serão postos para conversar diante um mediador, buscando a resolução do conflito. Segundo Bianchini: “A atuação restaurativa via mediação, oferece a oportunidade da vítima e do ofensor se encontrarem, debaterem o fato e entenderem as circunstâncias que envolvem o problema”²³. Dessa forma, não será analisada a questão da culpa ou inocência, apenas haverá o diálogo entre as partes e possível responsabilidade de reparação à vítima pelos danos causados.

Nesta toada, o modelo restaurativo, nada mais é do que a busca da responsabilidade do ofensor, com o auxílio familiar tanto da vítima, quanto do ofensor e a comunidade envolvida diretamente e indiretamente na ofensa.

2.4. Objetivos e Vantagens na Aplicação do Modelo Restaurativo

Os princípios da Justiça Restaurativa (respeito, relacionamento e responsabilidade) traduzem seus objetivos, pois eles fundamentam a atuação das pessoas ligadas aos danos morais e psicológicos. Seus objetivos são alcançados em seu processo de justiça transformador, pois através disso é possível a diminuição de futuros crimes. Para isso, necessita-se do prestígio dos sentimentos daquele que foi vítima, sendo importante também que o ofensor assumas as responsabilidades e compreenda que sua atitude afetou outras pessoas. O resultado

²¹ Idem. Acesso em: 10 out. 2016. p. 11

²² FERNANDES, Victor Henrique. **Justiça Restaurativa**: a centralização da vítima em um novo modelo de justiça criminal. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVIII, n. 139, ago 2015. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16251>. Acesso em: 22 set. 2016.

²³ BIANCHINI, Edgar Hrycylo. **Justiça Restaurativa**: um Desafio À Práxis Jurídica. 1º ed. São Paulo: Servanda, 2012. p. 154

é a reparação dos danos e compreender a ofensa, de modo que a vítima, o ofensor e a comunidade, se forem o caso, resolvam as contendas e se sintam satisfeitos²⁴.

A grande vantagem de utilizar a Justiça Restaurativa é a adoção de transformação de uma situação calamitosa de um crime em uma oportunidade, pois todas as partes direta ou indiretamente, se juntam para resolver as consequências geradas em decorrência de uma ação, e aquelas pessoas que estão em sofrimento, passam a ser protagonistas, de modo que avaliam os efeitos do ocorrido e buscam meios para que não se repitam esses atos²⁵.

Nestor Sampaio Penteado Filho, diz que o processo restaurativo busca restabelecer o *status quo ante*²⁶, o que é realidade, pois visa a reeducação e a restauração das relações.

Neste sentido, Renato Sócrates Gomes Pinto estabeleceu a diferença entre a Justiça Retributiva e Justiça Restaurativa, a qual pode ser observada as vantagens do modelo restaurador. De um lado, a Justiça Retributiva cuida da prevenção geral e especial, com ênfase no infrator, buscando intimidá-lo e puni-lo, por outro lado, a Justiça Restaurativa busca tratar sobre o crime e suas consequências nas relações entre os envolvidos²⁷, o principal foco então, é a restauração.

Observamos vantagens quanto à finalidade da Justiça Restaurativa na responsabilização espontânea do infrator com aplicação de obrigações proporcionais e razoáveis, que acarreta na reparação do trauma emocional por meio do pedido de desculpas, restauração das relações, trazendo a inclusão tanto da vítima, quanto do infrator²⁸.

Já na Justiça Retributiva se utiliza da tutela penal com a finalidade de penalização e aplicação de penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, penas estas que são desarrazoadas, degradante e quando se aplica penas

²⁴ AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros. **Justiça Restaurativa do Brasil: a paz pede a palavra**, 2015. Disponível em <<http://www.amb.com.br/jr/docs/cartilha.pdf>> Acesso em: 10 out. 2016 p. 13

²⁵ Idem. Acesso em: 10 out. 2016. p.09

²⁶ FILHO, Nestor Sampaio Penteado. **Manual esquemático de criminologia**. 2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012. p. 142

²⁷ PINTO, Renato Sócrates Gomes. **Justiça Restaurativa é Possível no Brasil?**In: SLAKMON; VITTO, C.R. de; PINTO, R.G. (Orgs). *Justiça Restaurativa*. Brasília - DF: Ministério da Justiça - MJ e Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, 2005. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246_Coletania%20JR.pdf> Acesso em: 10 out. 2016 p. 25 e 26.

²⁸ Idem. Acesso em: 10 out. 2016. p. 25 e 26.

alternativas, muitas vezes se tornam ineficazes. Além de tudo, na aplicação da Justiça Retributiva, há muita censura por parte da sociedade, pois depois de uma condenação a vítima e o infrator ficam sem amparo e desintegrados²⁹, ou seja, não há a finalidade de ressocialização e reintegração, que deveria ser o primeiro objetivo da aplicação da pena.

Outra colocação importante de Renato Sócrates Gomes pinto é que a Justiça Retributiva visa a paz social com tensão, enquanto a Justiça Restaurativa visa a paz social com dignidade³⁰. Nesta esteira, podemos observar o quanto é mais vantajoso à aplicação do modelo restaurativo, pois a própria Constituição Federal garante a dignidade³¹ a todos os indivíduos, não podendo ser diferente nas questões criminais.

Em suma, a Justiça Restaurativa:

[...] É um caminho prático para harmonizar relações e recompor a paz em situações conflitivas, promover a cultura de paz e fortalecer a sociedade e ao demonstrar que a Justiça é, mais do que uma função ou uma instituição social importante, um valor humano fundamental. Vai além, muito além da análise técnico-jurídica habitualmente praticada pelos profissionais do direito diante dos conflitos³².

Em outras palavras, invés de apurar a culpa e impor sanções, busca soluções práticas, as quais trazem harmonia às relações e garante a paz social, além de preservar os direitos humanos fundamentais.

2.5. Diferenças entre a Justiça Punitiva- Retributiva e a Justiça Restaurativa

Para início de análise, faz-se necessário uma breve diferenciação entre a Justiça Retributiva e a Justiça Restaurativa.

²⁹Idem. Acesso em: 10 out. 2016. p. 25 e 26.

³⁰Idem. Acesso em: 10 out. 2016. p. 25 e 26.

³¹**Artigo 1º da Constituição Federal:** “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana”.

³² AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros. **Justiça Restaurativa do Brasil:** a paz pede a palavra, 2015. Disponível em <<http://www.amb.com.br/jr/docs/cartilha.pdf>> Acesso em: 10 out. 2016 p. 25 e 26.

O modelo retributivo é aquele que considera o crime como sendo uma forma de transgressão às leis, penalizando o causador do dano com a restrição de seus direitos ou de sua liberdade, dependendo da gravidade do ato. Aqui as partes da relação processual são o ofensor e o Estado, e a ofensa se relaciona no conjunto técnico e jurídico. Já no modelo restaurativo considera o crime como sendo uma forma de transgressão nas relações sociais, que causa ruína e prejuízos às partes da relação processual (as vítimas, o ofensor e a comunidade - vítima indireta), e a ofensa se relaciona com o conjunto de aspectos morais, éticos e sociais.³³

De modo que, a Justiça restaurativa oferece o amparo à vítima com a finalidade de encorajá-la perante o ofensor, a fim de reestruturar a relação, faz com que o ofensor se responsabilize e compreenda a gravidade do ato praticado, tanto antes, como depois da ofensa, colocando o ofensor na qualidade de vítima para que este analise seu ato e suas consequências.

Segundo Zehr: “O ofensor é desestimulado a reconhecer sua responsabilidade e tem poucas oportunidades de agir de modo responsável concretamente”³⁴, neste aspecto, vê-se que no modelo de justiça retributivo, a justiça busca somente penalizar o ofensor pelo ato ilegal praticado, sem levar em consideração as circunstâncias e consequências daquela prática.

Entretanto, para a Justiça Restaurativa é de suma importância que as circunstâncias e consequências daquela prática sejam evidenciadas, para que o ofensor se responsabilize tanto em aspecto jurídico, como também no social e psicológico.

Até mesmo os valores trazidos na Justiça restaurativa são diferentes da Justiça Retributiva, pois quem toma as decisões são as próprias partes envolvidas (vítima, ofensor e comunidade), de modo que todos podem contribuir com suas opiniões³⁵. Ao contrário do processo criminal em que é formado somente pela vítima, réu e testemunhas (quando solicitadas), e o Estado atua por meio do Juiz, representante do Ministério Público e advogados, de modo que e a vítima não participa na resolução do conflito, somente participa ao contar o caso.

³³ ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes: Um Novo Foco Sobre o Crime e a Justiça**, 1º ed. São Paulo: Palas Athena, 2008, p. 174.

³⁴ ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**, 1º ed. São Paulo: Palas Athena, 2012, p. 27

³⁵ MARSHALL, C.; BOYACK, J.; BOWEN, H. **Como a Justiça Restaurativa Assegura a Boa Prática: Uma Abordagem Baseada em Valores**. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/arquivos/bib_194.pdf> Acesso em: 10 out. 2016 p. 05.

A Justiça Restaurativa estima o respeito, pois todas as pessoas são consideradas iguais e tem os mesmos valores no círculo restaurativo, devendo ser assegurado o respeito mútuo, que trará a boa-fé entre as partes envolvidas³⁶. Esse respeito mútuo deve ser assegurado pelo facilitador, que trará um resultado eficaz com o procedimento, como bem expresso no item 18 da Resolução n. 2002/12 da ONU³⁷.

Outro ponto valorado na Justiça Restaurativa é a honestidade, pois com a discussão e exposição de sentimentos ligados a prática do delito pode-se fazer justiça, assim a honestidade e a responsabilidade moral estão acima da elucidação do caso e a imposição da culpa³⁸. No processo criminal comum também deve haver honestidade, vez que é crime fazer declaração falsa ou omitir a verdade³⁹, porém não se aplica a penalidade de falso testemunho ao ofensor na Justiça Restaurativa.

A humildade reconhece que todas as partes envolvidas no procedimento restaurativo são seres humanos comuns, portadores de defeitos, não os separando como na Justiça Retributiva denominando e considerando como vítima e réu⁴⁰. Nessa seara, com a humildade é possível colocar-se no lugar do próximo e reconhecer suas imperfeições, as quais vieram a causar o crime.

A interconexão estabelece que entre a vítima e o ofensor há um laço advindo de suas relações com o fato delituoso e a justiça restaurativa os unem, pois há uma responsabilidade comum entre ambos, que busca a restauração das vítimas e a reintegração dos ofensores⁴¹. Já no processo criminal comum não há essa interconexão entre a vítima e o réu, pois quem impõe a sanção é o Estado.

³⁶ MARSHALL, C.; BOYACK, J.; BOWEN, H. **Como a Justiça Restaurativa Assegura a Boa Prática:** Uma Abordagem Baseada em Valores. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/arquivos/bib_194.pdf> Acesso em: 10 out. 2016. p. 05.

³⁷ **Item 18** – “Os facilitadores devem atuar de forma imparcial, com o devido respeito à dignidade das partes. Nessa função, os facilitadores devem assegurar o respeito mútuo entre as partes e capacitá-las a encontrar a solução cabível entre elas”.

³⁸ MARSHALL, C.; BOYACK, J.; BOWEN, H. **Como a Justiça Restaurativa Assegura a Boa Prática:** Uma Abordagem Baseada em Valores. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/arquivos/bib_194.pdf> Acesso em: 10 out. 2016. p. 05.

³⁹ **Art. 342 do Código penal** – “Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa”.

⁴⁰ MARSHALL, C.; BOYACK, J.; BOWEN, H. **Como a Justiça Restaurativa Assegura a Boa Prática:** Uma Abordagem Baseada em Valores. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/arquivos/bib_194.pdf> Acesso em: 10 out. 2016. p. 05.

⁴¹ MARSHALL, C.; BOYACK, J.; BOWEN, H. **Como a Justiça Restaurativa Assegura a Boa Prática:** Uma Abordagem Baseada em Valores. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/arquivos/bib_194.pdf> Acesso em: 10 out. 2016. p. 05 e 06.

Outro valor da Justiça Restaurativa é a responsabilidade, pois quando se causa um dano a alguém, é obrigatório ser responsabilizado por seus atos. O ofensor tem consequências e devem aceitar as obrigações, demonstrando remorso pela prática do delito, através da reparação dos danos e até mesmo podendo ter reconciliação entre as partes⁴². No processo criminal também há a responsabilidade, porém através de imposição de penas restritivas de liberdade, privativa de direitos e outras, não necessariamente buscando a reparação dos danos, nem buscando a reconciliação entre as partes.

O empoderamento é tido como a autonomia do ser humano, de modo que a Justiça Restaurativa dá às vítimas o papel de decidir quais suas necessidades e como devem ser atendidas. Vislumbra-se que o ofensor terá a chance de corrigir os danos que causaram ao próximo e iniciar sua reintegração e reabilitação⁴³. Neste procedimento observa maior participação da vítima, quanto no processo criminal, que não tem oportunidade de reivindicações.

Há também a esperança como valor da Justiça Restaurativa, em que sempre pode haver a transformação e a cura, não importa a gravidade do delito, o que necessita é a contribuição da comunidade. Dessa forma a Justiça Restaurativa acredita na cura das vítimas e a transformação dos ofensores para que não cometam o mesmo erro no futuro⁴⁴. Já no processo criminal há punição pelo crime praticado e a esperança de que o ofensor seja ressocializado, o que na grande maioria das vezes apenas acontece a punição.

Podemos compreender mais claramente as diferenças entre os modelos de Justiça Retributiva e Justiça Restaurativa através da exposição realizada no 78º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz, na palestra do Juiz Leoberto Brancher, que foi o criador do projeto "Justiça para o Século 21", o qual realizou a diferenciação do conceito de crime.

Ao passo que estabeleceu que, no contexto retributivo “o crime é uma violação ao estado, definida pelo descumprimento da lei e pela culpabilidade”⁴⁵.

⁴² Idem. Acesso em: 10 out. 2016p. 06.

⁴³ Idem. Acesso em: 10 out. 2016p. 06.

⁴⁴ Idem. Acesso em: 10 out. 2016p. 06.

⁴⁵ BRANCHER, Leoberto. **Justiça Restaurativa para Além da Vingança e do Perdão**: 78º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz parceria. UNESCO – Palas Athena. Disponível em <<http://docslide.com.br/documents/justica-restaurativa-para-alem-da-vinganca-e-do-perdao-78o->

Ademais, havendo a prática de um crime, há o descumprimento de uma determinação legal, que foi imposta pelo estado e conseqüentemente o agente que praticou o ato típico e ilícito será punido por suas ações.

No modelo restaurativo, “o crime é uma violação das pessoas e dos relacionamentos. Cria obrigações para fazer as coisas bem feitas”⁴⁶. De fato, na Justiça Restaurativa ao haver a prática de um crime serão impostas obrigações ao infrator, as quais devem ser acordadas entre as partes, percebemos o que se tem de mais importante é a relação dos envolvidos no conflito e não a violação da lei.

Brancher ainda afirma que, a Justiça Retributiva define a culpa e impõem sanções ao infrator, por meio de procedimento litigioso e conflito de interesses, onde o estado/juiz que profere decisão sobre o caso, sempre com observação às regras sistemáticas⁴⁷. Entretanto, importante salientar que, não há a presença da vítima e a comunidade nas decisões como no modelo restaurador, pois no modelo retributivo as decisões são somente através da relação entre o estado e o ofensor.

Ao analisar o procedimento de Justiça Retributiva e Justiça Restaurativa, observamos como é eficaz o novo modelo, vez que as partes podem através do mútuo consentimento entrar em um acordo e isso não precisa envolver todo o aparelho estatal. Vejamos a seguir, o procedimento adotado nos respectivos modelos de justiça.

A Justiça Retributiva é pautada por um processo adversarial e jurídico, enquanto que na Justiça Restaurativa o processo é informal, com a colaboração e o diálogo entre as partes⁴⁸, ou seja, aquele é contencioso e contraditório e este é voluntário e colaborativo⁴⁹. Entende-se por contencioso e contraditório, a disputa e conflito de interesses que envolvem a relação processual, enquanto que voluntário e colaborativo é a faculdade das partes em colaborar ou não com a solução do conflito.

forum-do-comite-paulista-para-a-decada-da-cultura-de-paz-parceria-unesco-palas-athena.html>
Acesso em: 10 Out. 2016.

⁴⁶ Idem. Acesso em: 10 out. 2016.

⁴⁷ Idem. Acesso em: 10 out. 2016.

⁴⁸ Idem. Acesso em: 10 out. 2016.

⁴⁹ PINTO, Renato Sócrates Gomes. **Justiça Restaurativa é Possível no Brasil?**In: SLAKMON; VITTO, C.R. de; PINTO, R.G. (Orgs). *Justiça Restaurativa*. Brasília - DF: Ministério da Justiça - MJ e Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, 2005. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246_Coletania%20JR.pdf> Acesso em: 10 out. 2016. p. 25.

Falando-se da vontade/faculdade que as partes têm no procedimento restaurativo, importante descrever que este é regido pelo princípio da oportunidade⁵⁰, em que as partes podem decidir se irá ou não impetrar ação contra o ofensor, ou seja, as próprias partes tem o direito de escolher invocar a prestação jurisdicional. Diferentemente no processo penal, em que só há essa faculdade em casos de ação penal pública privada ou condicionada a representação.

Nos demais casos da Justiça Retributiva aplicar-se o princípio da Indisponibilidade da Ação Penal⁵¹. Esse princípio institui que, depois de oferecida denúncia pelo membro do Ministério Público, as partes não poderão desistir do processo criminal, ou seja, as partes são forçadas a seguir com o processo mesmo que o conflito já esteja resolvido.

A Justiça Retributiva é marcada por um ritual solene, público e formal, enquanto que a Justiça Restaurativa é constituída pela comunidade, com a presença das pessoas envolvidas, de modo que seu procedimento é informal, porém com confidencialidade⁵². Saliencia-se que conforme o caso deve haver a confidencialidade nos dois procedimentos, pois no processo retributivo não é regra serem os processos e rituais públicos, vez que, em muitos casos devem-se preservar as partes, principalmente quando diz respeito à crimes contra os costumes, crimes com envolvimento de menores de idade, crimes que necessitam de investigações sigilosas, ou crimes que envolvam a sociedade.

Quanto ao processo decisório, no modelo retributivo é de competência das autoridades judiciárias (Policial, Juiz, Promotor, Delegado), enquanto no modelo restaurativo fica a cargo das pessoas envolvidas no conflito (ofensor, vítima e comunidade)⁵³. Percebe-se que no primeiro modelo a decisão envolve somente uma dimensão de pessoas, aqueles competentes e designados para realização de tal ato. Já no segundo modelo, principalmente quando se fala em comunidade, observa-se que pode haver a participação de pessoas variadas, ou seja, todos os interessados podem participar do processo decisório.

⁵⁰ PINTO, Renato Sócrates Gomes. **Justiça Restaurativa é Possível no Brasil?**In: SLAKMON; VITTO, C.R. de; PINTO, R.G. (Orgs). *Justiça Restaurativa*. Brasília - DF: Ministério da Justiça - MJ e Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, 2005. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246_Coletania%20JR.pdf> Acesso em: 10 out. 2016. p. 25.

⁵¹ Idem. Acesso em: 10 out. 2016. p. 25.

⁵² Idem. Acesso em: 10 out. 2016. p. 25.

⁵³ Idem. Acesso em: 10 out. 2016. p. 25.

É importante analisar algumas perguntas que traduz a atuação dos modelos de justiça retributivo e restaurativo para alcançar uma solução. Através da lide se questiona “Qual lei foi violada?; Quem fez isso?; O que ele merece?”. Por outro lado, nos dos círculos restaurativos é questionado “Quem foi prejudicado?; Quais suas necessidades?; Quem deverá satisfazer?”⁵⁴. No modelo retributivo se busca a autoria do delito para que haja sua punição, vez que transgrediu determinada lei. Enquanto que no modelo restaurador, há maior atenção às vítimas, suas necessidades e as consequências que o delito acarretou em sua vida.

Através dessa análise é possível perceber as diferenças existentes entre os dois modelos de justiça, de modo que é nítida a conclusão de que a Justiça Restaurativa atua além das dimensões do judiciário, buscando resolução ao problema que afeta toda a sociedade, que almeja a forma ressocializadora e não apenas buscar a punição do ofensor, que na grande maioria das vezes não traz resultado útil para a sociedade e muito menos para as partes envolvidas, pois reina a sensação de impunidade, ao passo que, a grande maioria dos ofensores mal cumpre a pena e já cometem vários outros crimes, não evidenciando a ressocialização.

⁵⁴ BRANCHER, Leoberto. **Justiça Restaurativa para Além da Vingança e do Perdão**: 78º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz parceria. UNESCO – Palas Athena. Disponível em <<http://docslide.com.br/documents/justica-restaurativa-para-alem-da-vinganca-e-do-perdao-78o-forum-do-comite-paulista-para-a-decada-da-cultura-de-paz-parceria-unesco-palas-athena.html>> Acesso em: 10 out. 2016.

3 MODELO PUNITIVO-RETRIBUTIVO BRASILEIRO

3.1 Origem das Penas e o Atual Modelo de Justiça Brasileiro

O esboço da evolução histórica da origem das penas e do direito de punir estatal é de grande importância para compreendermos o atual sistema punitivo brasileiro.

Entretanto, não se pode definir com exatidão quando o direito de punir surgiu, mas é certo que está presente na sociedade desde o surgimento dos primeiros grupos sociais. Período em que, as sociedades agiam conforme a religião, sendo que a moral, ética e os bons costumes eram baseados nos fenômenos naturais, e tudo era realizado segundo a vontade dos deuses e, criavam suas próprias proibições baseadas na religião, e os que não obedeciam eram sacrificados ou perdiam seus bens materiais (animais, peles e frutas). Dessa maneira, o castigo/pena era aplicado sem atenção à justiça⁵⁵.

Nesse sentido, as primeiras aplicações da pena eram baseadas em vingança, sem nenhuma atenção à justiça ou aos Direitos Humanos.

No período iluminista do século XVIII houve mudança na aplicação das penas, principalmente a partir das ideias de Beccaria, em que começaram a surgir indignações no método cruel em que os indivíduos estavam sendo tratados⁵⁶.

Entretanto, somente no século XIX que surgiu a ideia de que o corpo não deve ser torturado, mas sim, a alma. Com isso houve a inversão de papéis, em que o infrator merece piedade e os aplicadores da lei são vistos como assassinos e cruéis. Neste período a justiça passou a ser aplicada sem violência, de modo que, não se glorifica o “matar” ou “ferir” outro indivíduo⁵⁷.

As práticas punitivas são realizadas sem o toque do corpo do próximo, como bem estabelece Foucault:

⁵⁵ DUARTE, Ricardo Domingues Aguiar, **Justiça Restaurativa: fundamentos, vertentes e importância prática para o Direito moderno**, Revista Jus Navigandi, Publicado em 03/2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/47620/justica-restaurativa-fundamentos-vertentes-e-importancia-pratica-para-o-direito-moderno>> Acesso em: 20 ago. 2016.

⁵⁶ GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**, 5 ed., editora Impetus, 2005. P. 485

⁵⁷ NORONHA, Magalhães. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 13

[...] a prisão, a reclusão, os trabalhos forçados, a servidão de forçados, a interdição de domicílio, a deportação — que parte tão importante tiveram nos sistemas penais modernos — são penas “físicas”: com exceção da multa, se referem diretamente ao corpo. Mas a relação castigo-corpo não é idêntica ao que ela era nos suplícios. O corpo encontra-se aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena⁵⁸.

Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo V garantiu que “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”, surgindo assim, a pena privativa de liberdade, passando a pena a ser cumprida na prisão, que é o modelo adotado até os dias atuais, sendo um instrumento para funcionamento do sistema social e consequente forma de exercício do *jus puniendi*.⁵⁹

Cesare Beccaria, autor do Livro “Dos Delitos e Das Penas”, que pode ser considerada a base do Direito Penal, no objetivo de encontrar a origem do direito de punir estabelece que o indivíduo deixa de lado sua liberdade para colaborar com a ordem social. Vejamos:

Consultemos, pois, o coração humano; acharemos nele os princípios fundamentais do direito de punir. Ninguém fez gratuitamente o sacrifício de uma porção de sua liberdade visando unicamente ao bem público. Tais quimeras só se encontram nos romances. Cada homem só por seus interesses está ligado às diferentes combinações políticas deste globo; e cada qual desejaria, se fosse possível, não estar ligado pelas convenções que obrigam os outros homens [...]⁶⁰.

Percebemos que, o indivíduo não está ligado as leis e normas sociais apenas por sua vontade, mas sim, faz-se por necessidade, pois quem não obedece às leis não pode viver em sociedade. Neste sentido de sacrifício de liberdades em favor do bem geral, surge o Estado, em meio à libertação das guerras e criação de

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Editora Vozes, 20ª edição, 1999.

⁵⁹ REGO, Isabel Pojo do. **Sociologia da Prisão**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100011> Acesso em: 25 ago. 2016.

⁶⁰ BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e Das Penas**. São Paulo: Martins Claret. Edição eletrônica: Ed. RidendoCastigat Mores. Fonte Digital - www.jahr.org – Copyright. p. 25. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/delitosB.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2016.

leis, de modo que necessita de um encarregado (soberano do povo) para administrar a nação.

Conforme lição de Beccaria:

Cansados de só viver no meio de temores e de encontrar inimigos por toda parte, fatigados de uma liberdade que a incerteza de conservá-la tornava inútil, sacrificaram uma parte dela para gozar do resto com mais segurança. A soma de todas essas porções de liberdade, sacrificadas assim ao bem geral, formou a soberania da nação; e aquele que foi encarregado pelas leis do depósito das liberdades e dos cuidados da administração foi proclamado o soberano do povo⁶¹.

É cediço, que o Estado surge para conter uma nação de guerra, bem como a necessidade de mudança em tal sistema, principalmente nas questões criminais da época. Foi necessário o sacrifício de liberdades para que surgisse a atuação e legitimidade do direito de punir do Estado, conforme se verifica:

Por conseguinte, só a necessidade constringe os homens a ceder uma parte de sua liberdade; daí resulta que cada um só consente em pôr no depósito comum a menor porção possível dela, isto é, precisamente o que era preciso para empenhar os outros em mantê-lo na posse do resto. O conjunto de todas essas pequenas porções de liberdade é o fundamento do direito de punir. Todo exercício do poder que se afastar dessa base é abuso e não justiça; é um poder de fato e não de direito; é uma usurpação e não mais um poder legítimo⁶².

Portanto, Beccaria legitima o direito de punir a partir das vontades dos indivíduos, sendo que com a vontade da maioria se elege o representante soberano do povo, de modo que não deve ser exercido o direito de punir com livre arbítrio, nos estabelecendo o Princípio da Legalidade, um dos principais princípios do direito penal, vejamos:

A primeira consequência desses princípios é que só as leis podem fixar as penas de cada delito e que o direito de fazer leis penais não pode residir senão na pessoa do legislador, que representa toda a sociedade unida por um contrato social. Ora, o magistrado, que também faz parte da sociedade, não pode com justiça infligir a outro membro dessa sociedade uma pena

⁶¹ BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e Das Penas**. São Paulo: Martins Claret. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. Fonte Digital - www.jahr.org – Copyright. p. 26. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/delitosB.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2016.

⁶² Idem. Acesso em: 20 nov. 2016.

que não seja estatuída pela lei; e, do momento em que o juiz é mais severo do que a lei, ele é injusto, pois acrescenta um castigo novo ao que já está determinado⁶³.

Segundo o princípio da legalidade, somente poderá punir um indivíduo se sua conduta ilícita estiver expressa em lei, ou seja, diz respeito à obediência das leis. E conforme Beccaria, pelo estado ser formado pelas vontades dos indivíduos, não poderia ser diferente, todos devem submeter-se às leis estatais. Beccaria nesta obra enfatizou uma abordagem humanista do direito criminal e serve como referência até os dias atuais, tanto no próprio Direito Penal, quanto ao estudo dos Direitos Humanos.

Percebe-se que, a punição nunca apresentou como finalidade a real resolução do conflito, nem a aplicação da justiça analisando o contexto social e moral, apenas são aplicadas as punições ao transgressor da norma pelos seus atos praticados, não tendo como efeito a restauração da convivência social e moral dos envolvidos no ato, como é o caso da Justiça Restaurativa.

3.2 O Reconhecimento da Ineficiência do Sistema

Não é raro os noticiários abordarem sobre a constante criminalização e violência que envolve a sociedade nos dias atuais. Com efeito, o Estado busca cada vez mais a construção de presídios, policiamento, condenações em massa, porém não consegue amenizar a prática reiterada de crimes.

Estabelece Lopes Junior que:

A ideia de que a repressão total vai sanar o problema é totalmente ideológica e mistificadora. Sacrificam-se direitos fundamentais em nome da incompetência estatal em resolver os problemas que realmente geram a violência⁶⁴

⁶³ BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e Das Penas**. São Paulo: Martins Claret. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. Fonte Digital - www.jahr.org – Copyright. p. 29. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/delitosB.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2016.

⁶⁴ LOPES JUNIOR, Aury. **Introdução Crítica ao Processo Penal**: fundamentos da instrumentalidade constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p. 16.

Observa-se que, a prisão fere os direitos humanos e evidencia o falho modelo penal punitivo atual, tanto pelas condições carcerárias, quanto pela ideia de ressocialização que muitas vezes não se concretiza.

A pena privativa de liberdade demonstra o fechamento do sistema penal para o diálogo com o autor do delito e as partes envolvidas, podendo concluir que na verdade, a prisão é opressora, pois não instigam a prática de reintegração e restauração do convívio⁶⁵. Dessa visão, pode-se dizer que se torna quase impossível a ressocialização.

Várias alternativas já foram implementadas como a Lei n. 9.099 de 26 de setembro de 1995 que regulamenta os juizados cíveis e criminais, com o objetivo de diminuir a punição através da medida privativa de liberdade, mas somente acrescentaram a atuação penal, sem êxito na resolução do problema. Nesse sentido, leciona Zehr:

As populações carcerárias continuam a crescer ao mesmo tempo em que as 'alternativas' também crescem, aumentando o número de pessoas sob o controle e supervisão do Estado. A rede de controle e intervenção se ampliou, aprofundou e estendeu, mas sem efeito perceptível sobre o crime e sem atender as necessidades essenciais da vítima e ofensor⁶⁶

Portanto, deve-se pensar em alternativas de redução de incidência de aplicação das penas e não à aplicabilidade de penas alternativas, para ter um avanço na justiça penal, solucionando efetivamente os conflitos, e não apenas punindo, para que as penalidades sejam mais humanas para o ofensor, e justa para a vítima.

Importante expor que reincidência criminal é a condenação de um mesmo agente em diversas ações processuais. O Código Penal estabelece o conceito de reincidência em seu artigo 63: "Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no

⁶⁵ BRITTO, Adriana de. **Justiça Restaurativa e Execução Penal**: reintegração social e sindicâncias disciplinares. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-11092014-081200/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

⁶⁶ ZEHR, Howard. **Trocando as lentes**: um novo foco sobre o crime e a justiça. São Paulo: Palas Athena, 2008. p. 62.

estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior”⁶⁷. Sendo assim, aquele que comete um crime, é condenado e logo após comete outro, se torna um indivíduo reincidente na prática de delitos.

O relatório de pesquisa sobre a reincidência criminal no Brasil elaborado em 2015, pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada com cooperação do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, demonstrou que a população carcerária do Brasil aumentou 83 vezes em setenta anos, de modo que o total de reeducandos condenados passou de 3.866 pessoas no ano de 1938 para 321.014 no ano de 2009⁶⁸.

Em 2012, o Brasil possuía 515.482 indivíduos presos para 303.741 vagas, ou seja, há um déficit de 211.741 vagas, dessa forma, podemos observar como a situação é crítica. Além disso, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2012 demonstrou que o Brasil é o quarto país que mais prende infratores no mundo⁶⁹, e apesar dessa realidade ainda tem altas taxas de criminalidade.

A pesquisa aponta que a quatro pessoas que foram condenadas, um volta a praticar novo crime e é condenado novamente dentro do prazo de cinco anos, tendo uma taxa de reincidência de 24,4%. Esse resultado foi realizado através da análise de 817 processos em Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná⁷⁰.

Esses dados nos mostram que a prisão não é ressocializadora, pois há grande reincidência criminal, decorrente da sensação de impunidade, que advém muitas vezes da incapacidade do próprio Estado.

3.3 Teorias Penais Utilizadas pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro

A função do direito penal é proteger os bens jurídicos considerados de grande relevância para a sociedade, sendo que o ordenamento jurídico brasileiro se

⁶⁷ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Reincidência Criminal no Brasil: Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf> Acesso em: 20 nov. 2016. p. 09

⁶⁸ Idem. Acesso em: 20 nov. 2016. p. 12

⁶⁹ Idem. Acesso em: 20 nov. 2016. p. 12

⁷⁰ Idem. Acesso em: 20 nov. 2016. p. 25

utiliza de três teorias para explicar e legitimar o Direito Penal e a finalidade da utilização da pena através da teoria absoluta, teoria relativa e teoria eclética.

Primeiramente, importante expor que a pena é aplicada toda vez que uma norma jurídica é violada. Magalhães Noronha estabelece que:

[...] a pena dirige-se à sociedade, tem por escopo intimidar os propensos a delinquir, os que tangenciam o Código Penal, os destituídos de freios inibitórios seguros, advertindo-os de não transgredirem o mínimo ético.⁷¹

Vale ressaltar que a pena tem por escopo a preservação dos bens jurídicos e a aplicação de penas de privação ou restrição de direitos é para que o indivíduo não cometa novamente o ato ilícito, de modo que não se desrespeite a norma descrita na legislação e, desta feita, o sistema funcionará de maneira adequada.

Para ser aplicado a pena, deve haver uma norma legal que estabeleça que certa conduta é considerada crime. Fernando Capez define crime da seguinte forma:

[...] o conceito de crime não resulta de uma lesão a um interesse vital do homem, mas de uma mera desobediência a uma determinação do sistema. A prática da infração penal consiste em uma disfunção, ou seja, uma quebra do funcionamento do complexo social, devendo a repressão criminal ser aplicada como forma de comunicar à sociedade e ao agente que foi desobedecido um comando necessário para o desempenho da função sistêmica do Estado.⁷²

No ordenamento jurídico pátrio, podemos dizer que a norma existe principalmente para prevenir a ocorrência de crimes, e aplicar-se-á a pena para repreender aqueles que desobedecerem aos institutos jurídicos.

Após essa breve análise quanto ao crime e a pena, podemos dizer que as teorias penais utilizadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, a primeira delas: a teoria absoluta, que diz que a pena tem como finalidade somente a retribuição ou repreensão pelo ato praticado e nada tem de função preventiva ou social⁷³.

⁷¹ NORONHA, Magalhães. **Direito Penal**. 37 edição. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 226.

⁷² CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal** - Parte Geral - Vol. 1 - 16ª Ed. 2012. p. 133

⁷³ MAYRINK da Costa, Álvaro. **Direito Penal** – Parte Geral: Consequências Jurídicas do Injusto. Vol. 03 – 7º Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 43

Na teoria relativa há uma visão utilitária da pena⁷⁴, sendo distinta da teoria absoluta, pois tem como principal finalidade a prevenção da prática de novos crimes, se o indivíduo não for punido, a consequência será a prática de outros delitos.

Neste raciocínio, Francesco Carnelutti afirma que:

[...] o castigo que, provocando o sofrimento de quem cometeu o delito, cria um contra estímulo ao cometimento de outros; por isso *puniturnepeccetur*, isto é, a fim de tentar dissuadir o condenado a pôr-se em condições de ter de ser punido novamente. Sob este aspecto, o Direito Penal opera sobre a necessidade, constituindo um *vinculum quo necessitate adstringimuralicuius... reificiendaevel non faciendae*; a obrigação penal, da qual se ocupa a ciência do Direito Penal material, é a expressão da finalidade preventiva do Direito Penal.⁷⁵

Diante disso, a pena é para que não se cometa novos ilícitos, pois se o indivíduo cometer saberá que será novamente punido. Tendo em vista a finalidade preventiva, vez que seus efeitos serão percebidos futuramente.

A pena na teoria relativa se divide em duas vertentes: prevenção geral subdividida em positiva e negativa; e prevenção especial subdividida em positiva e negativa.

A prevenção geral de delitos destina-se à coletividade. Quanto à sua vertente negativa, expõe que a pena tem a finalidade de aconselhar outros indivíduos para que não pratique o delito, sendo uma forma de ameaça e de castigo⁷⁶, ou seja, tem a função de intimidação.

Quanto à vertente positiva, tem a finalidade de fazer com que a sociedade aprenda que se houver transgressão das normas, não será tolerada no âmbito penal, também traz a confiança normativa de que os indivíduos podem confiar na lei, pois esta será sempre imposta se houver a prática de delitos, além da pacificação social que pode ser obtida através da interferência estatal⁷⁷, ou seja, a sociedade deve estar ciente de que o Direito Penal é justo e sempre atuará se houver desrespeito às suas normas.

⁷⁴ Idem.p. 504

⁷⁵ CARNELUTTI, Francesco, **Lições Sobre o Processo Penal**, volume 1, 1º edição, Campinas: Bookseller, 2004, P. 73.

⁷⁶ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. 17. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com a Lei n. 12.550, de 2011. – São Paulo: Saraiva, 2012, p. 158

⁷⁷ PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro** – Parte geral – arts. 1º a 120. 9. Ed. Rev., atual. e ampl. 2010. p. 505

A teoria da prevenção especial estabelece que a pena têm a função de ressocializar o infrator, a fim de que este possa ser corrigido e não voltar a praticar novamente o delito⁷⁸. Além disso, visa a intimidação daquele agente que eventualmente comete algum ilícito e visa a reeducação daquele que demonstra ser um delinquente habitual corrigível, ou torna inofensivo aquele que parece ser incorrigível⁷⁹. Nesta seara jurídica, a prevenção especial atua como ressocialização, intimidação e reeducação do delinquente, tratando cada um com suas particularidades, pois é necessário ter conhecimento de quem pode ser novamente inserido na sociedade, ou não ser inserido quando demonstra ter periculosidade no meio social.

Segundo Cezar Roberto Bitencourt as teorias da prevenção especial positiva visam à reeducação do agente, contudo, as teorias da prevenção especial negativa tem por escopo à eliminação ou neutralização do meio social o agente considerado de alta periculosidade⁸⁰, ou seja, através do cumprimento da pena que é possível a ressocialização.

Em vista disso, Haroldo Caetano da Silva expõe que a teoria relativa visa a prevenção de cometimento de novos crimes. Vejamos:

Para a teoria relativa ou preventiva, a sanção penal tem finalidade preventiva, no sentido de evitar a prática de novas infrações. A prevenção terá então caráter geral, na qual o fim intimidativo da pena dirige-se a todos os destinatários da lei penal, objetivando inibir as pessoas da prática criminosa; e caráter especial, visando o autor do delito, de maneira que, afastado do meio livre, não torne a delinquir e possa ser corrigido.⁸¹

Diante o exposto, a teoria relativa versa sobre a prevenção de delitos, a qual tem finalidade de intimidação dos cidadãos para que não cometam ilícitos (prevenção geral); se a lei for violada, o agente mediante pena privativa de liberdade deverá ser reeducado e ressocializado (prevenção especial).

⁷⁸ SHITANTI, Tomaz M., **Curso de Direito Penal**, Parte Geral, 2º edição, Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999, p. 184.

⁷⁹ CARVALHO NETO, Inacio, **Aplicação da Pena**, Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999, p. 15.

⁸⁰ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. 17. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com a Lei n. 12.550, de 2011. – São Paulo: Saraiva, 2012, p. 166

⁸¹ SILVA, Haroldo Caetano da, **Manual de Execução Penal**, 2º edição, Ed. Bookseller, Campinas, 2002: P. 35

Importante consignar que, nos dias atuais a ressocialização não é observada de forma unânime como “terapia”, pois a vivência ao redor de criminosos, a cicatriz da pena e o afastamento do convívio social podem causar a dessocialização dos agentes enclausurados, quando na verdade era buscar a ressocialização, conforme preceitua a teoria relativa especial⁸². Esse aspecto é de extrema importância, pois delimitará espécie de execução da pena, sempre em vista dos direitos humanos, pois se não observado pode trazer efeitos indesejáveis.

A combinação entre a teoria absoluta e a teoria relativa fez surgir uma terceira: a teoria eclética, a qual defende que a prevenção e a retributividade se completam⁸³. Desse modo, além do ideal de retribuição, tem também a ideia de prevenção à prática de novos crimes.

Afirma João José Leal que:

[...] teorias mistas ou ecléticas procuram justificar a aplicação da pena com fundamento de ordem moral (retribuição pelo mal praticado) e de ordem utilitária (ressocialização do condenado e prevenção de novos crimes). A pena guarda inegavelmente seu caráter retributivo: por mais branda que seja, continua sendo um castigo, uma reprimenda aplicável ao infrator da lei positiva. Ao mesmo tempo, busca-se com ela alcançar metas utilitaristas, como a de evitar novos crimes e a de recuperação social do condenado⁸⁴.

É evidente de que a teoria eclética busca em uma única vertente a justificação da função da pena, considerando a retribuição e a utilização.

Atualmente o mundo jurídico penal tem adotado a teoria eclética da pena, pois com a junção de retribuição e intimidação é possível obter, na maioria dos casos, a ressocialização⁸⁵. Vez que, se adotado somente a prevenção geral ou prevenção especial, causaria a aplicação de penas injustas e muitas vezes não proporcionais ao mal praticado, bem como comprometeria a finalidade do Direito Penal, principalmente nos casos de tratamento de criminosos eventuais e perigosos,

⁸² BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral. 17. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com a Lei n. 12.550, de 2011. – São Paulo: Saraiva, 2012, p. 169

⁸³ SILVA, Haroldo Caetano da, **Manual de Execução Penal**, 2º edição, Campinas: Ed. Bookseller, 2002: P. 36.

⁸⁴ LEAL, João José, **Direito Penal Parte Geral**, 3º edição, Florianópolis: Editora OAB/SC, 2004, p. 383

⁸⁵ COSTA JR, Paulo José da, **Direito Penal**. Curso Completo, 7º edição, São Paulo: Saraiva, 2000, p. 119.

com relação a cominação de penas desproporcionais⁸⁶, ou seja, a pena sempre deve ser adequada e justa, com observação a gravidade do fato, e essa delimitação é realizada através da ressalva da prevenção geral e especial.

Pode-se dizer que a pena deve ser analisada em conjunto com outros contextos e métodos, pois não se pode limitá-la, vez que ela é de muita importância para proteção de direitos e bens jurídicos considerados fundamentais na esfera penal.

3.4 Direito Penal Mínimo e Direito Penal Máximo

Primeiramente, importante expor que o direito e a responsabilidade do ofensor são constituídos por dois modelos, sendo o modelo garantista e o modelo autoritário. O modelo garantista é regido pelas seguintes características:

[...] não se admite qualquer imposição de pena sem que se produzam a comissão de um delito, sua previsão legal como delito, a necessidade de sua proibição e punição, seus efeitos lesivos para terceiros, o caráter externo ou material da ação criminosa, a imputabilidade e a culpabilidade do seu autor e, além disso, sua prova empírica produzida por uma acusação perante um juiz imparcial, em um processo público e contraditório em face da defesa e mediante procedimentos legalmente preestabelecidos.⁸⁷

Neste contexto, pode-se dizer que o modelo garantista traz traços da atual legislação brasileira, bem como a própria Constituição Federal, vez que o Estado atua limitadamente e atrelados aos ditames da lei.

No modelo autoritário não há qualquer restrição da atividade punitiva do Estado, “em que aquela pode ocorrer sem que se produza qualquer condição judicialmente comprovável e/ou legalmente predeterminada”⁸⁸, pode-se perceber que este modelo se amolda nos aspectos de países que não há a incidência do Estado Democrático de Direito.

⁸⁶ PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal brasileiro – Parte geral – arts. 1º a 120.** 9. Ed. Rev., atual. e ampl. 2010. p. 510

⁸⁷ FERRAJOLI, Luigi, **Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal/Luigi Ferrajoli.** - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 83.

⁸⁸ Idem. p. 83.

Ferrajoli diz que o modelo garantista e o modelo autoritário, contornam nossos princípios do direito penal mínimo e do direito penal máximo. De modo que, o direito penal máximo é marcado pela rigidez, imprevisibilidade e incerteza no que se referem à aplicação das penas, pensando sempre que não fique nenhum culpado sem ser penalizado, restando à incerteza de que um inocente também pode ser penalizado, inversamente, o direito penal mínimo segue o ideal de que o inocente não pode ser punido, em razão da incerteza de que um culpado fique sem pena⁸⁹. Em suma, o direito penal máximo estabelece que deve haver punição de todos os agentes que porventura praticar algum delito, mesmo que este seja de pouca ofensividade, pois não haverá a prática reiterada de crimes, por outro lado, o direito penal mínimo institui que havendo incerteza, necessário a absolvição.

O direito penal mínimo também tem a ideia de que somente os crimes mais graves podem ser alvos de pena restritiva de liberdade, de modo que nos crimes menos graves podem ser aplicadas penas alternativas⁹⁰. O direito penal tem a ideia de castigar o transgressor da lei através de imposição de penas, entretanto não são todas as condutas puníveis, pois são puníveis penalmente somente àquelas que são consideradas de maior relevância social, que fere consideravelmente o convívio social.

Há julgados do STJ que sintetizam tal entendimento. Vejamos:

HABEAS CORPUS Nº 196.377 - SP (2011/0023510-5) RELATOR: MINISTRO OG FERNANDES IMPETRANTE: CLARISSA PORTAS BAPTISTA DA LUZ - DEFENSORA PÚBLICA IMPETRANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO PACIENTE: ALEXANDRE BERNARDO DE MELO DECISÃO [...] Para a caracterização do fato típico, ou seja, que determinada conduta mereça a intervenção do Direito Penal, é necessária a análise de três aspectos: o formal, o subjetivo e o material ou normativo. A tipicidade formal consiste na perfeita subsunção da conduta do agente ao tipo previsto abstratamente pela lei penal. O aspecto subjetivo consiste no dolo. Já a tipicidade material implica verificar se a conduta possui relevância penal, em face da lesão provocada no bem jurídico tutelado. Deve-se observar o desvalor da conduta, o nexo de imputação e o desvalor do resultado, do qual se exige ser real e significativa. A intervenção do Direito Penal apenas se justifica quando o bem jurídico tutelado tenha sido exposto a um dano com relevante lesividade. Não há, outrossim, a tipicidade material, mas apenas a formal, quando a conduta não possui relevância jurídica, afastando-se, por consequência, a intervenção da tutela

⁸⁹ FERRAJOLI, Luigi, **Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal** / Luigi Ferrajoli. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 84 e 85.

⁹⁰ PALADINO, Carolina Freitas. **Política Criminal: Direito penal Mínimo X Direito Penal Máximo**. Disponível em: <http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/viewFile/189/200> Acesso em: 26 set. 2016.

penal, em face do postulado da intervenção mínima. É o chamado princípio da insignificância [...] (STJ - HC: 196377, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Publicação: DJ 24/02/2011)⁹¹

Ademais, quando a conduta não tem relevância jurídica, não há que se falar em intervenção do Estado, no âmbito penal, isso é consequência do princípio da intervenção mínima.

Com base nisso, havendo ausência de relevância jurídica, aplica-se a exclusão da tipicidade, porém devem estar presentes alguns requisitos, sendo eles “(a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada”⁹². Salienta-se que, havendo ausência de pelo menos um desses requisitos não poderá aplicar o princípio da insignificância.

Neste sentido atua o direito penal, seguindo o princípio da intervenção mínima, que tem dois aspectos de suma importância: a fragmentariedade e a subsidiariedade. Conforme leciona Luiz Flávio Gomes:

A fragmentariedade do direito penal significa, por sua vez, duas coisas: (a) somente os bens jurídicos mais relevantes devem merecer a tutela penal; (b) exclusivamente os ataques mais intoleráveis é que devem ser punidos penalmente⁹³.

Assim sendo, é de se observar que o direito penal deve se ocupar somente do que for necessário, ou seja, com aquelas condutas que lesionam o convívio social, não lesionando aplicar-se o princípio da insignificância, como já mencionado.

⁹¹ **BRASIL. Superior Tribunal de Justiça.** Habeas corpus nº 196.377, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, 22/02/2011, p. 03. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=14143133&num_registro=201100235105&data=20110224&tipo=0&formato=PDF> Acesso em: 10 out. 2016.

⁹² **BRASIL. Supremo Tribunal Federal.** Habeas corpus nº 84.412, Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, Brasília, 19.10.04. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79595>> Acesso em: 10 out. 2016.

⁹³ GOMES, Luiz Flávio. **Direito Penal:** parte geral, Volume 1: Introdução/Luiz Flávio Gomes. – 3 ed. Rev., atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: LFG – Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes, 2006. – (Série Manuais para concursos e Graduação – coordenação geral Luiz Flávio Gomes), p. 100

A subsidiariedade do direito penal, por sua vez, diz que o direito é *ultima ratio*, ou seja, pode ser utilizado somente quando não há alternativas disponíveis a fim de buscar a solução para o conflito⁹⁴, ou seja, o direito penal será aplicado somente quando houver lesão significativa ao bem jurídico, devendo adotar outras medidas em casos brandos.

Entretanto, não é exatamente isso que o direito penal abarca atualmente, vez que várias condutas que não são consideradas violentas e que não causam lesões consideráveis ao bem jurídico são tuteladas pelo direito penal, um exemplo disso são os delitos de trânsito.

⁹⁴ GOMES, Luiz Flávio. **Direito Penal**: parte geral, Volume 1: Introdução/Luiz Flávio Gomes. – 3 ed. Rev., atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: LFG – Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes, 2006. – (Série Manuais para concursos e Graduação – coordenação geral Luiz Flávio Gomes), p. 100

4 JUSTIÇA RESTAURATIVA NO BRASIL

4.1. Formas de Aplicação da Justiça Restaurativa no Brasil

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acredita que a judicialização não resolve os problemas sociais, tem o condão de estimular os magistrados a se desapegar um pouco da justiça punitiva e utilizar o modelo restaurador, pois essa é uma eficaz solução para equilíbrio da paz social⁹⁵.

Segundo o CNJ, a atual gestão buscará atender com prioridade no ano de 2016, sobre a implantação da Justiça Restaurativa no Brasil: “A ideia é que os Tribunais da Justiça Estadual especializem, até o final do próximo ano, ao menos uma unidade judiciária capaz de oferecer práticas de Justiça Restaurativa”⁹⁶. Observar-se a possibilidade da utilização da Justiça Restaurativa em âmbito nacional.

A emenda nº 01, de 31 de janeiro de 2013 do CNJ, estabelece o ingresso das práticas restaurativas na justiça brasileira, de modo que o artigo 7º, VI, §3º prescreve:

§3º Nos termos do art. 73 da Lei nº 9.099/95 e dos arts. 112 e 116 da Lei nº 8.069/90, os Núcleos poderão centralizar e estimular programas de mediação penal ou qualquer outro processo restaurativo, desde que respeitados os princípios básicos e processos restaurativos previstos na Resolução nº 2002/12 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas e a participação do titular da ação penal em todos os atos.

Nesta toada, é plenamente possível a utilização da Justiça Restaurativa no Brasil, vez que os Tribunais já têm legitimidade para criar os núcleos restaurativos, porém sempre respeitando os princípios restaurativos, sendo que o juiz deve participar desses procedimentos.

⁹⁵ AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros. **Justiça Restaurativa do Brasil**: a paz pede a palavra, 2015. Disponível em <<http://www.amb.com.br/jr/docs/cartilha.pdf>> acesso em: outubro de 2016, p. 18 e 19

⁹⁶ FREIRE, Tatiane. **Metas do Judiciário**: Justiça Restaurativa pode ser alvo em 2016, Agência CNJ de Notícias, publicado em 18/11/2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80940-metas-do-judiciario-justica-restaurativa-pode-ser-alvo-em-2016>>. Acesso em: 22 set. 2016.

A Lei Federal nº 12.594/2012, por sua vez, estabelece em seu artigo 35, II sobre o princípio da “excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos”. Do mesmo modo o inciso III, da mesma lei, expõe sobre o princípio da “prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas”, ou seja, pode sim, haver a restauração das relações por parte da vítima e o ofensor, e isso é importante no atendimento a vítima, que é a principal prejudicada.

A Lei n. 9.099/95 foi um ato importante para mudanças no processo penal, pois, com ela adveio a possibilidade de utilização da transação penal e da suspensão condicional do processo. Com isso, possibilitou a provável implantação do modelo restaurador ao ordenamento brasileiro.

Como podemos considerar o artigo 72 da Lei 9.099/1995, o qual estabelece a possibilidade de acordo referente aos danos entre as partes e a aceitação da proposta de aplicação de pena não privativa de liberdade, podendo ser realizada em audiência preliminar e devendo estar presente o representante do Ministério Público.

O artigo 62 Lei 9.099/1995⁹⁷ também abre a possibilidade do acusado reparar os danos sofridos pela vítima e ser punido pela pena não privativa de liberdade.

Ainda, segundo o art. 76, da mesma lei, poderá ser proposta a transação penal, quando há representação da vítima ou quando se tratar de crime de ação penal pública incondicionada, poderá o representante do Ministério Público, propor pena restritiva de direitos ou multas.

Essas disposições conhecem a possibilidade de acordo entre vítima e ofensor para resolução de conflitos, procedimento no qual deve ser realizado na presença de um mediador restaurativo.

Também há possibilidade de implementação da justiça restaurativa nos casos de suspensão condicional do processo, conforme o artigo 89 da Lei n. 9.099/95, dispõem que nos crimes cuja pena for igual ou inferior a um ano, o

⁹⁷**Artigo 62.** O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

Ministério Público poderá propor a suspensão do processo, desde que o infrator não tenha sido processado ou condenado anteriormente por outro crime.

Nesse contexto da suspensão condicional, pode ser incluso os crimes de médio potencial ofensivo, vez que o referido dispositivo não se restringe aos crimes de menor potencial ofensivo. Podendo ser aplicado, o modelo de Justiça Restaurativo, conduzindo as partes ao diálogo, a fim de restaurar a relação.

Do mesmo modo, o artigo 98, I da Constituição Federal de 1988 admite a conciliação em juizados especiais, em casos de transgressões penais consideradas de menor potencial ofensivo⁹⁸. Destaca-se que a Constituição Federal e a lei nº 9.099/95, possibilita a aplicação da justiça restaurativa no âmbito nacional.

Do mesmo modo, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei n. 8.069/90, possibilita a utilização do modelo restaurativo no artigo 112:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviço à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semiliberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII – qualquer uma das previstas no artigo 101, I a VI.

É visto que, diante a pratica de atos considerados de menor gravidade, pode-se aplicar medidas de advertência, reparação de danos, prestação de serviços a comunidade, dentre outros, ou seja, pode-se utilizar-se do modelo restaurador e não apenas a simples aplicação da pena, para que o infrator possa se responsabilizar e analisar o ato praticado.

É de grande importância que o indivíduo compreenda a gravidade do ato praticado à vítima, pois isso tem muita influência no seu desenvolvimento social e moral, e também resgata a relação de convivência em sociedade para ambas as partes.

⁹⁸ **Artigo 61 da Lei 9099/95:** Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

Ademais, atualmente há muito enfoque com relação à inclusão da vítima no direito penal, não somente nas ações condicionadas a representação e privadas, mas também nas ações incondicionadas à representação como se pode perceber na lei que regulamenta os Juizados Especiais (Lei. 9.099/95). Pode dizer que a inclusão da vítima no processo e a possibilidade de reparação dos danos, abre o leque para a instauração da justiça restaurativa no processo penal.⁹⁹

Percebe-se que a legislação penal é um pouco vaga no que se refere ao modelo restaurador, porém há a possibilidade de complementação da legislação já existente, apenas adequando o sistema, para que se implemente a possibilidade de diálogo entre as partes, a fim de restaurar as relações.

4.2. Comentários Acerca da Resolução n. 2002/12

A Resolução n. 2002/12 da ONU que dispõem sobre os princípios que orientam a utilização da Justiça Restaurativa, como aborda sobre aspectos de limitações e finalidades desse método, estabelecendo que:

[...] a justiça restaurativa enseja uma variedade de medidas flexíveis e que se adaptam aos sistemas de justiça criminal e que complementam esses sistemas, tendo em vista os contextos jurídicos, sociais e culturais respectivos¹⁰⁰.

Dessa maneira, a Justiça Restaurativa tem medidas, nas quais não tem como finalidade a eliminação do atual sistema penal, mas sim, complementá-lo para melhor e mais eficaz aplicação da justiça, buscando a reintegração do ofensor e o amparo à vítima.

São considerados programas de Justiça Restaurativa os programas que empregue métodos restaurativos e tenha a finalidade restaurativa¹⁰¹, de modo que as partes afetadas por um delito podem participar do círculo restaurativo conduzido

⁹⁹ GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal** – 14 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012. p 11.

¹⁰⁰ ONU - Organização das Nações Unidas: **Resolução 2002/12**, dispõem sobre os Princípios Básicos para Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal, 37ª Sessão Plenária, 24 de Julho de 2002. Disponível em <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=366&pg=0%22%20%5CI%20%22.Vuaxt5MrLVo>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

¹⁰¹ Item 1 da Resolução n. 2002/12 do Conselho Econômico e Social da ONU.

pelo facilitador, a fim de buscar soluções¹⁰². Importante observar que a terceira pessoa que conduz o processo restaurativo é chamado de facilitador e não de mediador como na esfera civil.

Se falando de facilitador, estedeve operar imparcialmente, assegurando o respeito entre os envolvidos e conduzi-los a uma solução sempre com base nos fatos relatados¹⁰³.

O resultado restaurativo esta explicitado no artigo 3º como sendo:

[...] um acordo construído no processo restaurativo. Resultados restaurativos incluem respostas e programas tais como reparação, restituição e serviço comunitário, objetivando atender as necessidades individuais e coletivas e responsabilidades das partes, bem assim promover a reintegração da vítima e do ofensor¹⁰⁴.

A partir dai, pode-se notar uma das principais diferenças do modelo retributivo, vez que o sistema retributivo tem como efeito a imposição de penas e no modelo restaurativo há a restituição, reparação dos danos e aplicação de serviços comunitários, estabelecendo o bem estar social.

Quanto à utilização dos programas restaurativos, podem ser aproveitados em qualquer fase do processo criminal, sempre respeitando os ditames da lei brasileira¹⁰⁵. É cediço que os programas são flexíveis, de modo que podem ser aplicados em várias oportunidades, necessitando apenas de dispositivos na legislação, no qual asseguram a utilização de reparação e conciliação para execução de pena a algum ato danoso, e não apenas sob a ideia de punição.

Os procedimentos da justiça restaurativa apenas podem ser usados quando não houver duvida quanto à autoria delitiva, as partes devem estar em concordância quanto ao desejo de participar ou não de tal procedimento, porém podem desistir no

¹⁰² **Item 2** – “Processo restaurativo significa qualquer processo no qual a vítima e o ofensor, e, quando apropriado, quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime, participam ativamente na resolução das questões oriundas do crime, geralmente com a ajuda de um facilitador. Os processos restaurativos podem incluir a mediação, a conciliação, a reunião familiar ou comunitária (conferencing) e círculos decisórios (sentencing circles)”.

¹⁰³ Item 18 da Resolução n. 2002/12 do Conselho Econômico e Social da ONU.

¹⁰⁴ ONU - Organização das Nações Unidas: **Resolução 2002/12**, dispõem sobre os Princípios Básicos para Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal, 37ª Sessão Plenária, 24 de Julho de 2002. Disponível em <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=366&pg=0%22%20%5CI%20%22.Vuaxt5MrLVo>>. Acesso em: 20 set. 2016.

¹⁰⁵ Item 6 da Resolução n. 2002/12 do Conselho Econômico e Social da ONU.

decorrer do processo restaurativo, quando bem entender. Quanto aos acordos, estes devem ser compostos de obrigações razoáveis¹⁰⁶. É necessário, que as partes sejam informadas quanto aos benefícios e malefícios que o programa restaurativo ocasiona, para que possam escolher ou não pela participação.

De acordo com ordenamento jurídico pátrio, a aceitação deve ser voluntária e o resultado do processo deve haver razoabilidade, o que quer dizer que o pacto deve estar de acordo com o delito, como deve haver proporcionalidade, em que o acordo não deve estar desproporcional com a dimensão dos danos causados, não podendo ter nenhum encargo excessivo¹⁰⁷.

Importante salientar que, quando o ofensor participa do procedimento restaurativo é como se ele estivesse afirmando ser culpado, pois o artigo 8º preceitua que as partes devem concordar com os fatos e os danos provocados. Por consequência “a participação do ofensor não deverá ser usada como prova de admissão de culpa em processo judicial ulterior”¹⁰⁸, vez que em casos em que não for possível o acordo, o processo retornará ao processo penal comum¹⁰⁹.

Em razão disso, não é aconselhável que o juiz atue como mediador, pois se haver um processo judicial após o procedimento restaurativo será o mesmo que proferirá julgamento, tendo como a melhor solução a atuação de facilitadores vinculados à comunidade e não juízes como mediadores¹¹⁰.

Quanto ao funcionamento desse programa, os Estados devem estabelecer normas de regulação e competência dos procedimentos restaurativos, respeitando sempre os princípios que orientam a utilização da Justiça Restaurativa. Essa regulação diz respeito aos aspectos de condução e gerenciamento de ocorrências de procedimentos restaurativos, como os métodos a serem adotados posteriormente e

¹⁰⁶ Item 7 da Resolução n. 2002/12 do Conselho Econômico e Social da ONU.

¹⁰⁷ Pallamolla, Raffaella da Porciuncula, **Justiça restaurativa: da teoria à prática** / Raffaella da Porciuncula Pallamolla. -1.ed. - São Paulo : IBCCRIM, 2009, p. 92. Disponível em < http://www.academia.edu/8082741/Justi%C3%A7a_restaurativa_da_teor%C3%A0_pr%C3%A1tica > Acesso em: 10 out. 2016.

¹⁰⁸ Item 8 da Resolução n. 2002/12 do Conselho Econômico e Social da ONU.

¹⁰⁹ **Item 16** – “Quando não houver acordo entre as partes, o caso deverá retornar ao procedimento convencional da justiça criminal e ser decidido sem delonga. O insucesso do processo restaurativo não poderá, por si, usado no processo criminal subsequente”.

¹¹⁰ Pallamolla, Raffaella da Porciuncula, **Justiça restaurativa: da teoria à prática** / Raffaella da Porciuncula Pallamolla. -1.ed. - São Paulo : IBCCRIM, 2009, p. 93. Disponível em < http://www.academia.edu/8082741/Justi%C3%A7a_restaurativa_da_teor%C3%A0_pr%C3%A1tica > Acesso em: 10 out. 2016.

a capacitação dos facilitadores¹¹¹. Essas normas de cunho administrativo são interessantes para que haja limites em relação aos atos das próprias partes e do terceiro intercessor, assim como no resultado do processo.

Nos procedimentos restaurativos é de grande importância o tratamento justo das partes, com direito à sigilosidade¹¹², ao amparo jurídico e demais garantias processuais¹¹³, salientando que os processos de mediação convencionais, os acordos restaurativos também terão os mesmos efeitos das decisões proferidas no juízo criminal comum¹¹⁴.

O item 20 ao item 22 estabelece sobre o desenvolvimento da justiça restaurativa, impondo aos Estados o papel de elaboração de estratégias para implantação, utilização e aperfeiçoamento desse procedimento na esfera criminal. Salientando que seu desenvolvimento e seus princípios não poderão contradizer os direitos fundamentais e, outras normas da legislação vigente¹¹⁵, pois sua finalidade é robustecer a aplicação da lei, para que sejam possíveis melhores efeitos e não contrariá-la.

4.3. Experiências Restaurativas no Brasil

O primeiro marco da Justiça Restaurativa no Brasil foi a Resolução nº 12/2002 do Conselho Econômico e Social da ONU, como bem analisada no tópico anterior.

Após essa Resolução surgiu o Projeto de Lei nº 7006/2006 (Anexo I), a fim de analisar os procedimentos restaurativos no sistema criminal, tanto em casos de contravenções, como em casos de crimes. Ocorre que, o projeto foi arquivado em

¹¹¹ Item 12 da Resolução n. 2002/12 do Conselho Econômico e Social da ONU.

¹¹² **Item 14** - “As discussões no procedimento restaurativo não conduzidas publicamente devem ser confidenciais, e não devem ser divulgadas, exceto se consentirem as partes ou se determinado pela legislação nacional”.

¹¹³ **Item 13** – “a) Em conformidade com o Direito nacional, a vítima e o ofensor devem ter o direito à assistência jurídica sobre o processo restaurativo e, quando necessário, tradução e/ou interpretação. Menores deverão, além disso, ter a assistência dos pais ou responsáveis legais. b) Antes de concordarem em participar do processo restaurativo, as partes deverão ser plenamente informadas sobre seus direitos, a natureza do processo e as possíveis consequências de sua decisão; c) Nem a vítima nem o ofensor deverão ser coagidos ou induzidos por meios ilícitos a participar do processo restaurativo ou a aceitar os resultados do processo.”

¹¹⁴ Item 15 da Resolução n. 2002/12 do Conselho Econômico e Social da ONU.

¹¹⁵ **Item 23** – “Nada que conste desses princípios básicos deverá afetar quaisquer direitos de um ofensor ou uma vítima que tenham sido estabelecidos no Direito Nacional e Internacional”.

31 de janeiro de 2015 e desarquivado em 19 de março de 2015, estando atualmente aguardando proferir parecer na Coordenação de Comissões Permanentes (CCP)¹¹⁶. Nesta ótica, o que resta é aguardar esse projeto de lei ser apreciado, para que futuramente haja no sistema penal a Justiça Restaurativa.

Enquanto isso, são idealizados vários projetos de aplicação do modelo restaurador, dentre eles destacam-se o projeto “Justiça para o Século 21”, “Justiça e Educação: parceria para cidadania” e “Projeto Mediação”, os quais serão analisados na sequência.

O projeto “Justiça para o Século 21” foi o mais precursor do território nacional. É realizado no Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre/RS desde 2005, o qual foi sistematizado pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul – AJURIS¹¹⁷, tendo como principais funções a qualificar o cumprimento das medidas socioeducativas, por meio dos princípios e procedimentos da Justiça Restaurativa; contribuir para a prevenção da violência entre os adolescentes, garantindo os direitos e garantias humanas; bem como, sistematizar e expandir a implantação do modelo restaurador nas políticas públicas¹¹⁸.

O projeto “Justiça e Educação: parceria para a cidadania” teve início em 2006, na maior favela da cidade de São Paulo (região de Heliópolis), resultado de uma parceria do Judiciário com a Secretaria Estadual da Educação¹¹⁹. Essas práticas são realizadas nas escolas municipais e estaduais.

A grande finalidade desse projeto é contribuir para a mudança no cenário escolar e as comunidades que são vítimas de violência, a fim de construir uma cultura que enfatiza na educação e na não-violência. Na atuação no Judiciário procura efetivar o sistema de justiça infanto-juvenil. Nessa esteira, os círculos

¹¹⁶ **Câmara dos Deputados: Projetos de Lei e Outras Proposições.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=323785>> Acesso em: 10 out. 2016.

¹¹⁷ GUINSKY, B. G. et al. **A Introdução das Práticas de Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça e nas Políticas da Infância e Juventude em Porto Alegre:** Notas de um Estudo Longitudinal no Monitoramento e Avaliação do Projeto Justiça para o Século 21. Disponível em: <http://justica21.web1119.kinghost.net/arquivos/bib_270.pdf> Acesso em: 10 out. 2016.

¹¹⁸ **JUSTIÇA PARA O SÉCULO 21. Objetivos da Justiça para o Século 21.** Disponível em: <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=100&pg=0#.VjpFudKrTIV>> Acesso em: 10 out. 2016.

¹¹⁹ PENIDO, E. de. A. **Justiça e Educação:** Parceria para a Cidadania em Heliópolis/SP: a Imprescindibilidade entre Justiça Restaurativa e Educação. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/CoordenadorialInfanciaJuventude/pdf/JusticaRestaurativa/Artigos/ArtigoJR-IOB.pdf>> Acesso em: 10 out. 2016.

restaurativos são realizados pela própria escola, e lá mesmo são resolvidas as questões de violência leves e conflitos em geral¹²⁰.

O “Projeto Mediação” surgiu em 2003, na cidade de Joinville/SC, através do Juiz Alexandre Morais da Rosa, o qual buscava um trabalho de restauração/mediação com adolescentes infratores. Neste projeto não há nenhuma estipulação de que a mediação envolve delitos leves ou graves, mas estabelece somente a possibilidade de restauração em qualquer tipo de conflito, o que importa são as partes envolvidas estarem de acordo¹²¹.

4.4. O Brasil esta Preparado?

A Justiça Restaurativa possibilita a aproximação entre a justiça criminal formal e um controle informal de resolução de conflitos, que acontece por meio da participação de todos os envolvidos direta e indiretamente. Esse contexto vislumbra-se, justiça como restauração psicológica, que acontece por meio de diálogo, onde há participação e compreensão das partes¹²².

Entretanto, ao se falar em Justiça Restaurativa algumas pessoas nem pensam nessa possibilidade de aplicação na área penal, pois já se impregnou a ideia de que mediação só se aplica na área civil, em conflitos familiares, por exemplo. Além de considerarem que entre a mediação e os aspectos criminais há um grande desequilíbrio entre as partes¹²³. O que não é realidade, pois a própria Justiça Restaurativa tem seus princípios, no qual um deles é tratar as partes em grau de igualdade. E quanto à eficácia, bem se observa nos projetos implantados no

¹²⁰ PENIDO, E. de. A. **Justiça e Educação**: Parceria para a Cidadania em Heliópolis/SP: a Imprescindibilidade entre Justiça Restaurativa e Educação. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/CoordenadorialInfanciaJuventude/pdf/JusticaRestaurativa/Artigos/ArtigoJR-IOB.pdf>> Acesso em: 10 out. 2016.

¹²¹ NIEKIFORUK, M.; ÀVILA, G. N. de. **Justiça Restaurativa em Santa Catarina**: a Experiência Joinvillense na Implementação do Projeto Piloto de Justiça Restaurativa junto à Vara da Infância e Juventude. Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/U_Fato_Direito/article/viewFile/1034/864> Acesso em: 10 out. 2016.

¹²² **TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. A Justiça Restaurativa Disponível em < <http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/justica-restaurativa/o-que-e-a-justica-restaurativa>> Acesso em: 10 out. 2016.

¹²³ PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. **Justiça Restaurativa e mediação penal**: afinal, qual a relação entre elas? – Canal Ciências Criminais, 2015. Disponível em <https://canalcienciascriminais.com.br/justica-restaurativa-e-mediacao-penal-afinal-qual-a-relacao-entre-elas-2/#_ftn4> Acesso em: 10 out. 2016.

Brasil que as experiências de resolução de conflitos acontecem e tem bons efeitos, conforme podemos observar nos depoimentos de pessoas que participaram de práticas restaurativas (Anexo II).

A Justiça Restaurativa desafia resistências, quanto aos operadores de direito, não admitem essa mudança, alegando ser contra o devido processo legal e garantias expressas na Constituição e no Direito Penal. Quanto à sociedade, ainda existem muitos obstáculos a serem superados nos contextos sociais, econômicos, jurídicos¹²⁴, e principalmente cultural, pois está implantado na mente das pessoas que quando se comete um delito deve haver a “vingança”, o agente deve ser penalizado criminalmente, pouco importando suas razões.

É de se pensar que, diante os contextos culturais que cercam a Justiça Restaurativa, inicialmente esse novo modelo poderia ser implantado nos crimes de menor potencial ofensivo¹²⁵, por meio dos Juizados Especiais, não abolindo o atual modelo punitivo, nem o procedimento dos Juizados Especiais Criminais, mas utilizar a mediação respectivamente a eles. Depois de haver uma evolução na maneira de pensar das pessoas na utilização de um novo modelo de tratar os atos que geram conflitos, não centralizando somente no modelo retributivo, que, como vimos enfatiza na perda de liberdade como punição, deixando o ofensor sempre preso nos seus atos passados, poderia se utilizar desse sistema restaurador, que busca compreender os objetos externos, tais como os desejos e sentimentos das partes envolvidas também nos crimes graves.

Ainda há muitos desafios a serem superados para utilização da Justiça Restaurativa no Brasil, por razões culturais. Hoje pode parecer impossível, porém isso se desconstrói com o tempo, até transfigurar os modos de pensar e dar espaço a um novo modelo construtivo, pois a sociedade perceberá que essa é a solução mais eficaz para obter diminuição de reincidência e a paz social.

¹²⁴PINTO, Renato Sócrates Gomes. **Justiça Restaurativa é Possível no Brasil?**In: SLAKMON; VITTO, C.R. de; PINTO, R.G. (Orgs). *Justiça Restaurativa*. Brasília/DF: Ministério da Justiça - MJ e Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, 2005. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246_Coletania%20JR.pdf> Acesso em: 10 out. 2016. p 27

¹²⁵**Artigo 61 da Lei nº 9.099/95:** “Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa”. São crimes considerados de pouca relevância social, como ameaça, perturbação do sossego e outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se pode verificar, a Justiça Restaurativa é utilizada em vários países, da mesma maneira em que foram criados projetos pilotos no Brasil, os quais estão em funcionamento há mais de 10 anos, tendo em vista que é nítido que as vítimas necessitam de apoio para se reorganizar e conseguir voltar seu relacionamento na sociedade como era antes. Do mesmo modo, é importante o ofensor entender o que levou a prática do crime, para que chegue a uma solução, com a ajuda da vítima e a comunidade, se for o caso.

No primeiro capítulo, observamos que a Justiça Restaurativa iniciou-se a partir de vários projetos espalhados pelo mundo, focado no encontro entre vítima e o infrator, assim como a comunidade envolvida no delito, ficando mais conhecida ainda a partir do livro publicado em 1990, *Changinglenses: a new focus for crime and justice* (Mudança de visão: um novo foco para o crime e a justiça), de Howard Zehr, no qual aborda que o crime é causador de prejuízos às pessoas, assim o principal foco deveria ser a restauração das relações e não a punição pelo Estado. Quanto aos aspectos e concepções, notamos que a Justiça Restaurativa é considerada inovadora por atender as necessidades das partes principais envolvidas ao fato delituoso. Dando ênfase à violação dos relacionamentos sociais, que acarretam em obrigações diversas, como a reparação dos danos causados, pois o crime não afeta somente a vítima, mas toda a sociedade.

Percebemos que, o procedimento restaurativo pode ser aplicado através da mediação, círculos restaurativos e os grupos de sentença, sendo que, a forma mais utilizada é a mediação, ou também chamado encontro ou diálogo entre a vítima e o ofensor, momento em que serão postos para conversar diante um mediador, buscando a resolução do conflito. Dessa forma, o modelo restaurativo, nada mais é do que a busca da responsabilidade do ofensor, com o auxílio familiar tanto da vítima, quanto do ofensor e a comunidade envolvida diretamente e indiretamente na ofensa. Notamos muitas vantagens na aplicação do modelo restaurativo, uma delas é que ao invés de apurar a culpa e impor sanções, busca soluções práticas, as quais trazem harmonia às relações e garante a paz social, além de preservar os direitos humanos fundamentais.

Ainda no primeiro capítulo, verificamos as diferenças entre a Justiça Punitiva- Retributiva e a Justiça Restaurativa, que através da análise foi possível perceber que a Justiça Restaurativa atua além das dimensões do Judiciário, buscando resolução ao problema que afeta toda a sociedade, que almeja a forma ressocializadora e não apenas buscar a punição do ofensor.

No segundo capítulo examinamos sobre o Modelo Punitivo-Retributivo brasileiro e percebemos que a punição nunca apresentou como finalidade a real resolução do conflito, nem a aplicação da justiça analisando o contexto social e moral, apenas são aplicadas as punições ao transgressor da norma pelos seus atos praticados, não tendo como efeito a restauração da convivência social e moral dos envolvidos no ato, como é o caso da Justiça Restaurativa.

Neste contexto, soma-se o reconhecimento da ineficiência do sistema, no qual notamos que a prisão não é ressocializadora, pois há grande reincidência criminal, decorrente da sensação de impunidade, que advém muitas vezes da incapacidade do próprio Estado, pois a tutela penal tem a finalidade de penalização e aplicação de penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, penas estas que são desarrazoadas, degradante e quando se aplica penas alternativas, muitas vezes se tornam ineficazes. Além de tudo, na aplicação da Justiça Retributiva, há muita censura por parte da sociedade, pois depois de uma condenação a vítima e o infrator ficam sem amparo e desintegrados, ou seja, não há a finalidade de ressocialização e reintegração, que deveria ser o primeiro objetivo da aplicação da pena.

Em seguida, apreciamos as teorias penais utilizadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, o qual se utiliza de três teorias para explicar e legitimar o Direito Penal e a finalidade da utilização da pena, por meio da teoria absoluta, teoria relativa e teoria eclética. Atualmente o mundo jurídico penal tem adotado a teoria eclética da pena, pois com a junção de retribuição e intimidação é possível obter, na maioria dos casos, a ressocialização. Pode-se dizer que a pena deve ser analisada em conjunto com outros contextos e métodos, pois não se pode limitá-la, vez que ela é de muita importância para proteção de direitos e bens jurídicos considerados fundamentais na esfera penal.

No terceiro Capítulo estudamos sobre a Justiça Restaurativa no Brasil e suas formas de aplicação, de modo que, como não há regulamentação na

legislação, a Justiça Restaurativa é aplicada nas lacunas da lei, como verificamos na Emenda nº 01 de 31 de janeiro de 2013 do CNJ, que estabelece o ingresso das práticas restaurativas na justiça brasileira; a Lei Federal nº 12.594 de 2012, que dispõe em seu artigo 35, II a imposição de medidas que favoreça meios de autocomposição de conflitos; a Lei nº 9.099 de 1995 que traz a possibilidade de diálogo entre as partes em vários artigos; a Constituição Federal de 1998, em seu artigo 98 admite a conciliação nos Juizados Especiais; a Lei nº 8.069 de 1990, em seu artigo 112 possibilita a advertência e a obrigação de reparar o dano. Percebe-se que a legislação penal é um pouco vaga no que se refere ao modelo restaurador, porém há a possibilidade de complementação da legislação já existente, apenas adequando o sistema, para que se implemente a possibilidade de diálogo entre as partes, a fim de restaurar as relações.

Notamos que, o primeiro marco da Justiça Restaurativa no Brasil foi a Resolução nº 12 de 2002 do Conselho Econômico e Social da ONU – Organização das Nações Unidas, na qual destacamos do item 20 ao item 22 o desenvolvimento da justiça restaurativa, pois impõe aos Estados o papel de elaboração de estratégias para implantação, utilização e aperfeiçoamento desse procedimento na esfera criminal. Salientando que seu desenvolvimento e seus princípios não poderão contradizer os direitos fundamentais e, outras normas da legislação vigente, pois sua finalidade é robustecer a aplicação da lei, para que sejam possíveis melhores efeitos e não contrariá-la.

Posteriormente, surgiu o Projeto de Lei nº 7006 de 2006, a fim de analisar os procedimentos restaurativos no sistema criminal, tanto em casos de contravenções, como em casos de crimes, porém até o momento sem resposta. Dessa forma, o que resta é aguardar esse projeto de lei ser apreciado, para que futuramente haja no sistema penal a Justiça Restaurativa.

Enquanto isso, verificamos que são idealizados vários projetos de aplicação do modelo restaurador, dentre eles destacam-se o projeto “Justiça para o Século 21”, “Justiça e Educação: parceria para cidadania” e “Projeto Mediação”, os quais estão em funcionamento e tem bons resultados. Vale ressaltar ainda que existem vários documentos que analisam a Justiça Restaurativa, entretanto, no nosso ordenamento jurídico não há nenhuma disposição.

Devemos ter em mente que a Justiça Restaurativa, não se resume em se desculpar, pois o ofensor é responsabilizado pelos atos cometidos, além de aprenderem com seus erros, vez que aqui, as partes poderão tratar livremente dos seus sentimentos.

Vale ressaltar que, comentamos sobre projetos pilotos e aplicação da Justiça Restaurativa em vários Estados, e podemos verificar também a possibilidade de implantação na Comarca de Juína/MT, através do Centro de Mediação de Solução de Conflitos, que tratam de procedimentos cíveis de mediação, e como o próprio CNJ – Conselho Nacional de Justiça instituiu que deve haver uma unidade de práticas restaurativa em todos os Tribunais de Justiça Estadual, se torna possível que o Centro de Mediação também exerça práticas restaurativas na área criminal.

Constatamos também que, diante os contextos culturais que cercam a Justiça Restaurativa, inicialmente esse novo modelo poderia ser implantado nos crimes de menor potencial ofensivo, por meio dos Juizados Especiais, e somente depois de haver uma evolução na maneira de pensar das pessoas na utilização de um novo modelo, poderia se utilizar desse sistema restaurador nos crimes graves.

Ainda há muitos desafios a serem superados para utilização da Justiça Restaurativa no Brasil, porém com o tempo a sociedade perceberá que essa é a solução mais eficaz para obter a diminuição de reincidência e a paz social, para isso é necessário que esse paradigma seja expandido e levado ao conhecimento de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Daniel. **Modelos Contemporâneos de Justiça Criminal:** Justiça Terapêutica, Instantânea e Restaurativa. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

AGUINSKY, Beatriz Ghersenson. BRANCHER, Leonardo Narciso. **Projeto Justiça para o século 21:** Relato da implementação do Projeto Piloto da Justiça Restaurativa junto à 3ª. Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, RS. Porto Alegre, 2006.

ALVES, Moisés Machado. **Justiça restaurativa:** novo método de solução de conflitos. Revista Boletim Jurídico, publicado em 05/12/2012. Disponível em <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2715>> Acesso em: 16 maio 2016.

AMANCIO, Mila Loureiro de Castro. **Justiça restaurativa:** um novo modelo de Justiça. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2939, 19 jul. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19579>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros. **Justiça Restaurativa do Brasil:** a paz pede a palavra, 2015. Disponível em <<http://www.amb.com.br/jr/docs/cartilha.pdf>> Acesso em: 10 out. 2016.

BAQUIÃO, Leandra. **Reflexões sobre o facilitador de justiça restaurativa:** o caso de Porto Alegre. Tese de mestrado em Psicologia Social. PUC-SP, 2010.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e Das Penas**. São Paulo: Martins Claret. Edição eletrônica: Ed. RidendoCastigat Mores. Fonte Digital - www.jahr.org – Copyright. p.25. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/delitosB.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2016.

BIANCHINI, Edgar Hrycylo. **Justiça Restaurativa: um Desafio À Práxis Jurídica**. 1º ed. São Paulo: Servanda, 2012.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. 17. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com a Lei n. 12.550, de 2011. – São Paulo: Saraiva, 2012.

BRANCHER, Leoberto. **Diferentes países e culturas, a mesma inquietude social**. Justiça para o Século 21: Instituído Práticas Restaurativas. Disponível em: <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=82&pg=0>> Acesso em: 28 nov. 2016.

BRANCHER, Leoberto. **Justiça Restaurativa para Além da Vingança e do Perdão**: 78º Fórum do Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz parceria. UNESCO – Palas Athena. Disponível em <<http://docslide.com.br/documents/justica-restaurativa-para-alem-da-vinganca-e-do-perdao-78o-forum-do-comite-paulista-para-a-decada-da-cultura-de-paz-parceria-unesco-palas-athena.html>> Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas corpus nº 196.377, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Brasília, 22/02/2011, p. 03. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=14143133&num_registro=201100235105&data=20110224&tipo=0&formato=PDF> Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas corpus nº 84.412, Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, Brasília, 19.10.04. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79595>> Acesso em: 10 out. 2016.

BRITO, Monteiro e Silva, Kelly. **Mediação de conflitos, Direitos Humanos e acesso à justiça.** Recife: GAJOP, 2013.

BRITTO, Adriana de. **Justiça restaurativa e execução penal:** reintegração social e sindicâncias disciplinares. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-11092014-081200/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

Câmara dos Deputados: **Projetos de Lei e Outras Proposições.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=323785>> Acesso em: 10 out. 2016.

Câmara dos Deputados: **Projetos de Lei e Outras Proposições.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=27BF9723A4C0C8887758313FED7D4F60.proposicoesWebExterno1?codteor=393836&filenome=PL+7006/2006> Acesso em: 05 dez. 2016.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal - Parte Geral - Vol. 1 - 16ª Ed.** 2012.

CARNELUTTI, Francesco, **Lições Sobre o Processo Penal**, volume 1, 1º edição, Campinas: Bookseller, 2004.

CARVALHO NETO, Inacio, **Aplicação da Pena**, Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.

COSTA JR, Paulo José da, **Direito Penal Curso Completo**, 7^o edição, São Paulo: Saraiva, 2000.

DUARTE, Ricardo Domingues Aguiar, **Justiça restaurativa: fundamentos, vertentes e importância prática para o Direito moderno**, Revista Jus Navigandi, Publicado em 03/2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/47620/justica-restaurativa-fundamentos-vertentes-e-importancia-pratica-para-o-direito-moderno>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FARIA, Ana Paula. **Justiça restaurativa e mediação penal** – um novo caminho na Justiça criminal. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12013#_ftnref1> Acesso em: 15 mai. 2016.

FERNANDES, Victor Henrique. **Justiça Restaurativa: a centralização da vítima em um novo modelo de justiça criminal**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVIII, n. 139, ago 2015. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16251>. Acesso em: 17 mar. 2016.

FERRAJOLI, Luigi, **Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal** / Luigi Ferrajoli. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FERREIRA, Francisco Amado. **Justiça Restaurativa: Natureza, Finalidades e Instrumentos**. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

FILHO, Nestor Sampaio Penteado. **Manual esquemático de criminologia**. 2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Editora Vozes, 20^o edição, 1999.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal: parte geral**. 10. ed. rev. por Fernando Fragoso. – Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FREIRE, Tatiane. **Metas do Judiciário: Justiça Restaurativa pode ser alvo em 2016**, Agência CNJ de Notícias, publicado em 18/11/2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80940-metas-do-judiciario-justica-restaurativa-pode-ser-alvo-em-2016>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

GOMES, Luiz Flávio. **Direito Penal: parte geral, Volume 1: Introdução/Luiz Flávio Gomes**. – 3 ed. Rev., atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: LFG – Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes, 2006. – (Série Manuais para concursos e Graduação – coordenação geral Luiz Flávio Gomes).

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal** – 14 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**, 5 ed., editora Impetus, 2005.

GUINSKY, B. G. et al. **A Introdução das Práticas de Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça e nas Políticas da Infância e Juventude em Porto Alegre:**

Notas de um Estudo Longitudinal no Monitoramento e Avaliação do Projeto Justiça para o Século 21. Disponível em: <http://justica21.web1119.kinghost.net/arquivos/bib_270.pdf> Acesso em: 10 out. 2016.

IPEA - **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Reincidência Criminal no Brasil: Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf> Acesso em: 20 nov. 2016.

Justiça para o Século 21. **Objetivos da Justiça para o Século 21**. Disponível em: <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=100&pg=0#.VjpFudKrTIV>> Acesso em: 10 out. 2016.

Justiça para o Século 21: **Depoimentos**. Disponível em <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=372&pg=0#.WEXEO9lrLIU>> Acesso em: 05 dez. 2016

LEAL, João José, **Direito Penal: Parte Geral**, 3ª edição, Florianópolis: Editora OAB/SC, 2004.

LOPES JUNIOR, Aury. **Introdução crítica ao processo penal**: fundamentos da instrumentalidade constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MARSHALL, C.; BOYACK, J.; BOWEN, H. **Como a Justiça Restaurativa Assegura a Boa Prática**: Uma Abordagem Baseada em Valores. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/arquivos/bib_194.pdf> Acesso em: 10 out. 2016.

MAYRINK da Costa, Álvaro. **Direito Penal** – Parte Geral: Consequências Jurídicas do Injusto. Vol. 03 – 7º Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrini, **Manual de direito penal** – Parte Geral - arts. 1º a 120 do CP. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NIEKIFORUK, M.; ÁVILA, G. N. de. **Justiça Restaurativa em Santa Catarina: a Experiência Joinvillense na Implementação do Projeto Piloto de Justiça Restaurativa junto à Vara da Infância e Juventude**. Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/U_Fato_Direito/article/viewFile/1034/864> Acesso em: 10 out. 2016.

NORONHA, Magalhães. **Direito Penal**. 37 edição. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2003.

NORONHA, Magalhães. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, F. N. de. **Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça da Infância e da Juventude: um Diálogo Baseado em Valores**. Dissertação (Mestrado) — PUC - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p 29.

ONU - Organização das Nações Unidas: **Resolução 2002/12: Princípios Básicos para Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal**, 37ª Sessão Plenária, 24 de Julho de 2002. Disponível em <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=366&pg=0%22%20%5CI%20%22.Vuaxt5MrLVo>>. Acesso em: 20 set. 2016.

PACHECO, Eliana Descovi. **Evolução histórica do direito penal.** Revista Âmbito Jurídico. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=artigos_leitura_pdf&artigo_id=3751> Acesso em: 16 mai. 2016.

PALADINO, Carolina Freitas. **Política Criminal: Direito penal Mínimo X Direito Penal Máximo.** Disponível em: <http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/viewFile/189/200> Acesso em: 26 set. 2016.

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula, **Justiça Restaurativa: da teoria à prática.** 1.ed. - São Paulo : IBCCRIM, 2009. Disponível em <http://www.academia.edu/8082741/Justi%C3%A7a_restaurativa_da_teor%C3%A0_pr%C3%A1tica> Acesso em: 10 out. 2016.

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. **Justiça Restaurativa e mediação penal: afinal, qual a relação entre elas?** – Canal Ciências Criminais, 2015. Disponível em <https://canalcienciascriminais.com.br/justica-restaurativa-e-mediacao-penal-afinal-qual-a-relacao-entre-elas-2/#_ftn4> Acesso em: 10 out. 2016.

PEIXOTO, Geovane de Mori. **A Justiça Restaurativa como Política Pública Alternativa ao Sistema Penal:** Possibilidade e Viabilidade. Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica de Salvador – UCSAL. Salvador, 2009.

PENIDO, E. de. A. **Justiça e Educação:** Parceria para a Cidadania em Heliópolis/SP: a Imprescindibilidade entre Justiça Restaurativa e Educação. Disponível em:

<<http://www.tjsp.jus.br/Download/CoordenadoriaInfanciaJuventude/pdf/JusticaRestaurativa/Artigos/ArtigoJR-IOB.pdf>> Acesso em: 10 out. 2016.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. **Justiça Restaurativa é Possível no Brasil?**In: SLAKMON; VITTO, C.R. de; PINTO, R.G. (Orgs). Justiça Restaurativa. Brasília - DF: Ministério da Justiça - MJ e Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD, 2005. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246_Coletania%20JR.pdf> Acesso em: 10 out. 2016.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal brasileiro – Parte geral – arts. 1º a 120.** 9. Ed. Rev., atual. E ampl. 2010.

PRANIS, Kay. **Círculos de justiça restaurativa e de construção da paz:** guia do facilitador. Porto Alegre: AJURIS/Escola Superior da Magistratura, 2011.

REGO, Isabel Pojo do. **Sociologia da Prisão.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100011> Acesso em: 25 ago.2016.

SALIBA, Marcelo Gonçalves. **Justiça Restaurativa e Paradigma Punitivo.** Curitiba: Juruá, 2009.

SHITANTI, Tomaz M., **Curso de Direito Penal.** Parte Geral, 2º edição, Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.

SICA, Leonardo. **Justiça Restaurativa e Mediação Penal** - O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão do Crime. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SILVA, Haroldo Caetano da. **Manual de Execução Penal**, 2^o edição, Ed. Bookseller, Campinas, 2002.

SLAKMON, Catherine; VITTO, Renato de e PINTO, Renato Gomes (org.). **Justiça Restaurativa**: Coletânea de artigos. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2005.

SOARES, Marianna Débora Marques. **Um Novo Modelo de Justiça Penal**: Justiça Restaurativa e sua Aplicação No Brasil. In: Revista Letras Jurídicas - Centro Universitário Newton Paiva, publicado em 14 de maio de 2015. Disponível em: <<http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/?p=922>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

TELLO, Nancy F. **Justiça Restaurativa** – um programa integral de atenção e prevenção do delito. Revista IOB de Direitos Processual e Penal, 2008.

TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **A Justiça Restaurativa**. Disponível em < <http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/justica-restaurativa/o-que-e-a-justica-restaurativa>> Acesso em: 10 out. 2016.

TONCHE, Juliana. **Justiça Restaurativa e Racionalidade Penal Moderna**: uma real inovação em matéria penal?. Revista de Estudos Empíricos em Direito. BrazilianJournalofEmpirical Legal Studies vol. 3, n. 1, jan 2016.

ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes: Um Novo Foco Sobre o Crime e a Justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**, 1° ed. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ANEXOS

ANEXO I – Projeto de Lei nº 7006/2006: implantação de procedimentos restaurativos no sistema criminal¹²⁶

PROJETO DE LEI Nº 7006 DE 2006
(Da Comissão de Legislação Participativa)

SUG nº 099/2005

Propõe alterações no Decreto-Lei nº2848, de 7 de dezembro de 1940, do DecretoLei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para facultar o uso de procedimentos de Justiça Restaurativa no sistema de justiça criminal, em casos de crimes e contravenções penais.

Art. 1º - Esta lei regula o uso facultativo e complementar de procedimentos de justiça restaurativa no sistema de justiça criminal, em casos de crimes e contravenções penais.

Art. 2º - Considera-se procedimento de justiça restaurativa o conjunto de práticas e atos conduzidos por facilitadores, compreendendo encontros entre a vítima e o autor do fato delituoso e, quando apropriado, outras pessoas ou membros da comunidade afetados, que participarão coletivamente e ativamente na resolução dos problemas causados pelo crime ou pela contravenção, num ambiente estruturado denominado núcleo de justiça restaurativa.

Art. 3º - O acordo restaurativo estabelecerá as obrigações assumidas pelas partes, objetivando suprir as necessidades individuais e coletivas das pessoas envolvidas e afetadas pelo crime ou pela contravenção.

¹²⁶ **Câmara dos Deputados: Projetos de Lei e Outras Proposições.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=27BF9723A4C0C8887758313FED7D4F60.proposicoesWebExterno1?codteor=393836&filename=PL+7006/2006> Acesso em: 05 dez. 2016.

Art. 4º - Quando presentes os requisitos do procedimento restaurativo, o juiz, com a anuência do Ministério Público, poderá enviar peças de informação, termos circunstanciados, inquéritos policiais ou autos de ação penal ao núcleo de justiça restaurativa.

Art. 5º - O núcleo de justiça restaurativa funcionará em local apropriado e com estrutura adequada, contando com recursos materiais e humanos para funcionamento eficiente.

Art. 6º - O núcleo de justiça restaurativa será composto por uma coordenação administrativa, uma coordenação técnica interdisciplinar e uma equipe de facilitadores, que deverão atuar de forma cooperativa e integrada.

§ 1º. À coordenação administrativa compete o gerenciamento do núcleo, apoiando as atividades da coordenação técnica interdisciplinar.

§ 2º. - À coordenação técnica interdisciplinar, que será integrada por profissionais da área de psicologia e serviço social, compete promover a seleção, capacitação e a avaliação dos facilitadores, bem como a supervisão dos procedimentos restaurativos.

§ 3º - Aos facilitadores, preferencialmente profissionais das áreas de psicologia e serviço social, especialmente capacitados para essa função, compete preparar e conduzir o procedimento restaurativo.

Art. 7º - Os atos do procedimento restaurativo compreendem:

- a) consultas às partes sobre se querem, voluntariamente, participar do procedimento;
- b) entrevistas preparatórias com as partes, separadamente;
- c) encontros restaurativos objetivando a resolução dos conflitos que cercam o delito.

Art. 8º - O procedimento restaurativo abrange técnicas de mediação pautadas nos princípios restaurativos.

Art. 9º - Nos procedimentos restaurativos deverão ser observados os princípios da voluntariedade, da dignidade humana, da imparcialidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da cooperação, da informalidade, da

confidencialidade, da interdisciplinariedade, da responsabilidade, do mútuo respeito e da boa-fé.

Parágrafo Único - O princípio da confidencialidade visa proteger a intimidade e a vida privada das partes.

Art. 10 – Os programas e os procedimentos restaurativos deverão constituir-se com o apoio de rede social de assistência para encaminhamento das partes, sempre que for necessário, para viabilizar a reintegração social de todos os envolvidos.

Art. 11 - É acrescentado ao artigo 107, do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940, o inciso X, com a seguinte redação:

X – pelo cumprimento efetivo de acordo restaurativo.

Art. 12 – É acrescentado ao artigo 117, do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940, o inciso VII, com a seguinte redação:

VII – pela homologação do acordo restaurativo até o seu efetivo cumprimento.

Art. 13 - É acrescentado ao artigo 10, do Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941, o parágrafo quarto, com a seguinte redação:

§ 4º - A autoridade policial poderá sugerir, no relatório do inquérito, o encaminhamento das partes ao procedimento restaurativo.

Art. 14 - São acrescentados ao artigo 24, do Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941, os parágrafos terceiro e quarto, com a seguinte redação:

§ 3º - Poderá o juiz, com a anuência do Ministério Público, encaminhar os autos de inquérito policial a núcleos de justiça restaurativa, quando vítima e infrator manifestarem, voluntariamente, a intenção de se submeterem ao procedimento restaurativo.

§ 4º – Poderá o Ministério Público deixar de propor ação penal enquanto estiver em curso procedimento restaurativo.

Art. 15 - Fica introduzido o artigo 93 A no Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941, com a seguinte redação:

Art. 93 A - O curso da ação penal poderá ser também suspenso quando recomendável o uso de práticas restaurativas.

Art. 16 - Fica introduzido o Capítulo VIII, com os artigos 556, 557, 558, 559, 560, 561 e 562, no Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941, com a seguinte redação:

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO RESTAURATIVO

Art. 556 - Nos casos em que a personalidade e os antecedentes do agente, bem como as circunstâncias e consequências do crime ou da contravenção penal, recomendarem o uso de práticas restaurativas, poderá o juiz, com a anuência do Ministério Público, encaminhar os autos a núcleos de justiça restaurativa, para propiciar às partes a faculdade de optarem, voluntariamente, pelo procedimento restaurativo.

Art. 557 - Os núcleos de justiça restaurativa serão integrados por facilitadores, incumbindo-lhes avaliar os casos, informar as partes de forma clara e precisa sobre o procedimento e utilizar as técnicas de mediação que forem necessárias para a resolução do conflito.

Art. 558 - O procedimento restaurativo consiste no encontro entre a vítima e o autor do fato e, quando apropriado, outras pessoas ou membros da comunidade afetados, que participarão coletivamente na resolução dos problemas causados pelo crime ou contravenção, com auxílio de facilitadores.

Art. 559 - Havendo acordo e deliberação sobre um plano restaurativo, incumbe aos facilitadores, juntamente com os participantes, reduzi-lo a termo, fazendo dele constar as responsabilidades assumidas e os programas restaurativos, tais como reparação, restituição e prestação de serviços comunitários, objetivando suprir as necessidades individuais e coletivas das partes, especialmente a reintegração da vítima e do autor do fato.

Art. 560 - Enquanto não for homologado pelo juiz o acordo restaurativo, as partes poderão desistir do processo restaurativo. Em caso de desistência ou descumprimento do acordo, o juiz julgará insubsistente o procedimento restaurativo e

o acordo dele resultante, retornando o processo ao seu curso original, na forma da lei processual.

Art. 561 - O facilitador poderá determinar a imediata suspensão do procedimento restaurativo quando verificada a impossibilidade de prosseguimento.

Art. 562 - O acordo restaurativo deverá necessariamente servir de base para a decisão judicial final.

Parágrafo Único – Poderá o Juiz deixar de homologar o acordo restaurativo firmado sem a observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade ou que deixe de atender às necessidades individuais ou coletivas dos envolvidos.

Art. 17 - Fica alterado o artigo 62, da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62 - O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando-se, sempre que possível, a conciliação, a transação e o uso de práticas restaurativas.

Art. 18 – É acrescentado o parágrafo segundo ao artigo 69, da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, com a seguinte redação:

§ 2º – A autoridade policial poderá sugerir, no termo circunstanciado, o encaminhamento dos autos para procedimento restaurativo.

Art. 19 – É acrescentado o parágrafo sétimo ao artigo 76, da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, com o seguinte teor:

§ 7º – Em qualquer fase do procedimento de que trata esta Lei o Ministério Público poderá oficiar pelo encaminhamento das partes ao núcleo de justiça restaurativa.

Art. 20 – Esta lei entrará em vigor um ano após a sua publicação.

Sala das Sessões, em ____ de ____ de 2006.

Deputado GERALDO THADEU

Presidente

ANEXO II – Depoimentos de pessoas que participaram de Práticas Restaurativas¹²⁷

Vítima “(...) a justiça restaurativa quer oferecer uma chance dele entender que o que ele fez é errado. Uma chance para ele ouvir a pessoa a qual ele submeteu a uma situação que é muito constrangedora de medo, enfim, de perigo e tudo mais. Que ele possa entender os danos que ele causou não só financeiro e sim são psicológicos são emocionais assim por diante”

Familiar de Adolescente “(...) estar junto com os familiares, com as pessoas que são importantes pra ele, (...) conversando com ele, falando tudo que sente, acho que é uma coisa que todos os jovens que tão na FEBEM ou tão cumprindo alguma medida tinham que fazer isso porque foi realmente muito bom. “

Familiar de Adolescente “(...) porque ele pode ver como é que essa pessoa se sentia ele fazendo o que ele fez”.

Adolescente “(...) eles querem é que tu te conscientize mesmo para não fazer de novo”

Vítima sobre experiência com Justiça Restaurativa “me senti bem porque resolveu os meus problemas”

Adolescente “(...) não deram muita bola(...)faziam audiência(...) se dava alguma coisa te mandam pra FEBEM, se não serviço comunitário e acabava assim; Agora, na restaurativa vão de atrás das pessoas, conversam, sabem se tu ta estudando ou não”

Familiar de Adolescente “O pessoal levanta a estima da gente. [...] A gente chega meio caído, neh, de espírito, sei lá, de mente. Não sabe o que fazer. (...) sai de lá assim, se sentindo aliviado, neh”

Familiar de Adolescente “Esse encontro restaurativo é melhor, é mais forte, bate mais de frente. Que a família tá ali. se o adolescente gosta da família se abate, né? Comove ali. Que foi bem forte o nosso lá, foi muito bonito mesmo. Sim, ele

¹²⁷Justiça para o Século 21: **Depoimentos**. Disponível em <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=372&pg=0#.WEXEO9lrLIU>> Acesso em: 05 dez. 2016

comoveu muito, né? Mexeu muito, as lágrimas no rosto dele, ele olhando fixo pra gente.”

Técnico de Programa de Atendimento Socioeducativo “Eu acho que é uma possibilidade de se fazer justiça, aumentando muito a comunicação entre as classes sociais, diferentes segmentos da sociedade, (pausa) eu acho que é um antídoto à violência. É a visão que eu tenho”.

Técnico de Programa de Atendimento Socioeducativo “(...)no nosso trabalho a gente observa tudo isso, porque, às vezes, as famílias e os adolescentes nunca tiveram a oportunidade, nunca conseguiram dizer o que estão percebendo, o que que o outro tá sentindo e naquele momento o encontro se consegue pensar nisso”.

Técnico de Programa de Atendimento Socioeducativo “se busca a responsabilização, não como uma questão de punição, mas que ele possa se responsabilizar, que ele possa se dar conta da gravidade do que ele fez, que possa perceber quantas pessoas sofreram em função de um ato que ele cometeu.”

Adolescente “(...) e tudo acabou estando consciente(...) tu acaba voltando ao tempo (...) mas voltando ao tempo pra tua vida poder prosseguir”.

Adolescente “Coloquei meus planos e meus objetivos. Minha irmã colocou também. Procurou me ajudar. A mãe também colocou que ia procurar me ajudar a não acontecer o que aconteceu. Eles colocaram o que eles queriam.”

Adolescente, sobre participação no Círculo Restaurativo Familiar “Foi diferente, eles colocaram a família em primeiro lugar e colocaram eu incluído (...) falaram a respeito do meu comportamento, entendeu, da minha disciplina e colocaram a situação que aconteceu. Voltaram a isso e tal e teve toda uma conversa.”

Familiar de Adolescente “eu pensava que era umas pessoas assim (...) já vinha agredindo a gente dizendo as coisas, pensei que era policial, aquela coisa, sabe, né? eu nunca tinha ido né? (...) mas quando eu cheguei lá, meu Deus, foi muito diferente, né? eles tanto apoiava ele (adolescente) como nós né?”

Participante do Curso de Iniciação “O curso me possibilitou em ter uma nova visão da justiça em sua totalidade, como se fosse um novo paradigma, dando clareza ao conteúdo”.

Participante do Curso de Iniciação “Hoje compreendo melhor o que é justiça restaurativa, acredito na metodologia participativa e comunitária”.

Participante do Curso de Iniciação “Em minha bagagem estou levando um tanto de conhecimento que me instiga a ir atrás de mais”.

Participante do Curso de Iniciação “Otimista, vislumbro a possibilidade de aplicação do método nas instâncias de relações no grupo de trabalho (conflito entre servidores ou servidores e abrigados)”.

Participante do Curso de Iniciação “Penso que o que tenho aprendido aqui já seja suficiente para aplicação em meu cotidiano de trabalho”.

Participante do Curso de Iniciação “A proposta é excelente e creio que vá influenciar novas práticas institucionais e pessoais num crescente”.

Ofensor – Escola “Foi uma conversa que todos falaram para poder integrar as pessoas, a turma”.

Ofensor – Escola “agora a vejo como uma colega, após o círculo, a gente se dá bem.”;

Adolescente - FASE - Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Estado do Rio Grande do Sul “(...) tipo assim, elas viram, tipo tem mais confiança e viram a pessoa que eu sou, que eu não sou aquela pessoa que eles... o juiz pensa ou outras pessoas né... que usam distintivo. Eu sou outra pessoa longe daquilo que eles puderam ver que eu era.”

Adolescente - FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Estado do Rio Grande do Sul “Satisfeito por que foi uma coisa assim que voltou na hora do negócio que aconteceu sobre o caso e tudo acabou estando consciente do que tu fez e ta corrigindo entendeu, tu acaba estando inaudível, tu acaba voltando ao tempo, tipo voltando ao tempo né, não vou dizer que voltamos ao tempo, mas voltando ao tempo pra tua vida poder prosseguir.”

Adolescente - FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Estado do Rio Grande do Sul “(...) e é o certo pra fazer, não adianta tu sair dali

entendeu e no momento do encontro tu falar uma coisa sair dali e fazer outra, então eu sai dali com a expectativa e fiz o que deveria, fiz o certo, eu vi que ali eu tava na hora de mudar. “

Adolescente - FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Estado do Rio Grande do Sul “(...) por que eu tinha tudo que eu queria, mas eu queria bastante era atenção. As vezes eu roubava o carro e ficava só passando na frente da minha mãe. Pra minha mãe me ver e ir lá me dar um puxão de orelha sabe, mas ela não fazia isso então só pegava e vamos conversar, conversar e não fazia o que queria, e até eu fui, fui... e quando vê e acabei lá e dia lá ela ouviu ela me dá uns puxão de orelha que eu gosto”

Adolescente - FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Estado do Rio Grande do Sul “Foi muito emocionante sabe, o meu avô falando eu me emocionei bastante foi à pessoa que falou mais que eu me emocionei, por que a minha mãe eu ficava mais perto ela falava eu não me emocionei tanto no encontro, mas quando vô falou foi um choque eu não esperava e a minha esposa também eu não esperava, foi quando eu percebi que ela gostava bastante de mim”

Adolescente - FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Estado do Rio Grande do Sul “(...)as coisas que eu prometi né e to cumprindo né, que é ficar mais perto da minha família né , que é o que eu mais quero, voltei pro grupo da igreja, não to no momento por que eu tô aqui no hospital, mas quando eu tava na rua eu tava indo tudo direitinho correndo tudo bem , procurando trabalho tudo direitinho, ganhando bastante atenção que eu queria da minha mãe. Ta acontecendo tudo jeito que eu queria corretamente”.

Apoiador do Adolescente na FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania do Município de Porto Alegre “Sim, se não houvesse o encontro, após a saída dele ele só iria sair e o encontro ajudou ele, fez tudo certinho.”

Operador Técnico da FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania do Município de Porto Alegre “(...) a gente também teve surpresas e teve confirmações. Acho que tivemos surpresas no número de vítimas que se viu que tinham o desejo de estar encontrando o seu agressor.”